

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LARISSA DE CASTRO NOGUEIRA

PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS DO *PÓS-COLONIAL*:
PODER E COLONIALIDADE NO ESPAÇO SOVIÉTICO

UBERLÂNDIA

2019

LARISSA DE CASTRO NOGUEIRA

**PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS DO *PÓS-COLONIAL*:
PODER E COLONIALIDADE NO ESPAÇO SOVIÉTICO**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes.

Uberlândia

2019

LARISSA DE CASTRO NOGUEIRA

**PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS DO *PÓS-COLONIAL*:
PODER E COLONIALIDADE NO ESPAÇO SOVIÉTICO**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Aureo de Toledo Gomes

Orientador

Instituto de Economia e Relações Internacionais – UFU

Prof. Erwin Pádua Xavier

Instituto de Economia e Relações Internacionais – UFU

Profª. Lara Martim Rodrigues Selis

Instituto de Economia e Relações Internacionais – UFU

Uberlândia, 3 de julho de 2019.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, e a jornada que com ele se encerra, se deve aos esforços de inúmeras pessoas. Os agradecimentos iniciais se destinam, é claro, àqueles que tornaram a graduação possível: Ana Paula, Moisés e Paulo. Não há esforço que se compare àquilo que fizeram por mim durante estes anos. Agradeço aos meus irmãos, Andressa e João Victor, pelo carinho, compreensão e maturidade em lidar com a ausência. A Laís e Elisabeth, minha gratidão pelo apoio incondicional durante este e outros percursos. Este trabalho é especialmente dedicado à minha avó Benedita, cuja leveza e sabedoria, que se manifestam hoje de outras formas, continuam a iluminar todos os meus caminhos. Sabemos que o preço desta escolha é a saudade diária. Uma saudade inquieta que só se ameniza porque o carinho de vocês se faz sempre presente.

Agradeço, ainda mais, àqueles que fizeram de Uberlândia o meu lar: os colegas do curso de Relações Internacionais, as companheiras de moradia, e as pessoas incríveis que, de alguma forma, tornaram mais leves os dias difíceis. À Danielle, minha grande parceira de pesquisa, agradeço pelo incansável apoio e pelas incríveis experiências que compartilhamos, na Universidade e no mundo. Destino um agradecimento especial à Isabela, que se fez fortaleza em momentos de angústia e que, com amor, companheirismo e alegria incomparáveis, me deu forças para seguir adiante com este trabalho.

Por fim, sou imensamente grata aos professores e professoras do IERI pelo apoio e inspiração. Em especial, agradeço ao professor Áureo pela oportunidade de conhecer o universo fascinante da pesquisa, e pelas oportunidades ao longo do caminho. Não poderia deixar de mencionar, também, a minha sincera admiração e gratidão ao professor Erwin, cujas discussões não só enriqueceram o meu saber, mas também o meu ser. À Universidade Federal de Uberlândia, agradeço pelo imensurável suporte ao longo da graduação. Como minha mãe costuma dizer, “a UFU é uma mãe”. Se isto é verdade, então me despeço como a filha que sempre espera retornar.

“As a state of mind, colonialism is an indigenous process released by external forces. Its sources lie deep in the minds of the rulers and the ruled. Perhaps that which begins in the minds of men must also end in the minds of men.”

(ASHIS NANDY, 1983)

RESUMO

Este estudo objetiva, de maneira geral, desvelar as dinâmicas que caracterizaram o poder soviético em meados do século XX. A partir da constatação de que a natureza destes processos se assemelha, por vezes, àquela que se verifica no colonialismo europeu, propomos a argumento de que Moscou estabeleceu, frente às quinze Repúblicas, uma matriz colonial de poder. A partir do aporte conceitual proposto pela abordagem decolonial, entende-se que tal matriz foi articulada a partir de relações de subordinação política, econômica e cultural, sempre amparadas pelo discurso do progresso e da modernidade. Este mapeamento permite, enfim, que analisemos casos específicos de espaços que foram incorporados à matriz de poder russo-soviética, como aquele levado a cabo nos Estados bálticos.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialidade. Modernidade. União Soviética. Estados bálticos.

ABSTRACT

This research aims to unveil the dynamics that characterized Soviet power in the middle of the twentieth century. From the fact that the nature of these processes resembles that of European colonialism, we propose the argument that Moscow established a colonial matrix of power in the face of the other Republics. From the conceptual contribution proposed by the decolonial approach, it is understood that such a matrix was articulated from relations of political, economic and linguistic subordination, always supported by the discourse of progress and modernity. This exposition allows us, finally, to analyze specific cases of spaces that have been incorporated into the Russian-Soviet power matrix, such as that carried out in the Baltic States.

KEYWORDS: Coloniality. Modernity. Soviet Union. Baltic states.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Táticas de policiamento em perspectiva comparada	47
Tabela 2 - Planejamento migratório na Repúblicas Soviéticas da Rússia, Bielorrússia e Ucrânia (em milhões)	51
Tabela 3 - Produção soviética em nichos selecionados	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Festival de Música da Estônia, 1975.....	69
Figura 2 - Tributo ao regime soviético durante festival letão, 1980	70
Figura 3 - The Baltic Way	72

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - O Império Russo (1900)	35
Mapa 2 - Divisão administrativa da URSS (1989)	40
Mapa 3 - Distribuição étnica na URSS.....	42
Mapa 4 - Os Estados bálticos.....	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O DEBATE MODERNIDADE/COLONIALIDADE	17
1.1 O debate colonialidade/modernidade: precedentes e propostas.....	17
1.2. A colonialidade do poder	21
1.3. Raça e modernidade.....	24
1.4. A colonialidade do Saber	27
1.5. A colonialidade do Ser.....	29
1.6. Colonialidade e Estado-nação	31
2 PODER E COLONIALIDADE NA URSS	33
2.1. A Revolução de 1917 e a formação do Estado Soviético	34
2.2. A política de nacionalidades	41
2.3. Repressão e vigilância na URSS: a era Stalin.....	45
2.4. Políticas migratórias	49
2.5. Políticas linguísticas	52
2.6. Exploração econômica	55
2.7. Etnia russa e modernidade	56
3 COLONIALIDADE E ESTADOS BÁLTICOS	59
3.1. A era soviética	62
3.2. A resistência báltica e os movimentos de independência nacional	67
3.3. <i>Nation-building</i> no contexto pós-soviético	73
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

INTRODUÇÃO

O presente estudo ocupa-se, fundamentalmente, da questão do poder. Isto não é novidade, é claro, para o campo das Relações Internacionais (RI): de Tucídides aos debates mais contemporâneos, a questão do poder assume protagonismo inegável no estudo das interações entre Estados¹. Reconhecendo o caráter multidimensional daquilo que se entende por poder, assumimos um fio condutor específico: as relações de poder que se estabelecem no singular contexto da União Soviética. Buscamos caracterizar, sobretudo, o poder que não apenas se projetou sobre territórios e economias, mas também sobre corpos, mentes e identidades.

É fundamental que saibamos, então, o contexto histórico que possibilita a reflexão proposta. O colapso político e econômico da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (doravante URSS), que se verifica no ínterim 1989-1991, inaugura um período de dramáticas transformações geopolíticas na Eurásia. A formação de novos Estados, o fortalecimento de movimentos nacionais e a eclosão de conflitos étnicos na região eurasiática evidenciaram ao Ocidente que, longe de constituir uma entidade monolítica, a URSS abarcava uma complexa teia de relações entre as inúmeras nacionalidades que constituíam o seu território. Este processo suscitaria, é claro, diversas questões sobre as especificidades do Estado soviético e, propriamente, sobre a natureza do poder central de Moscou frente às demais Repúblicas Soviéticas (HIRSCH, 2005).

Vê-se, ainda mais, que a própria narrativa histórica assimilada e difundida nos estudos de RI ocidentais parece silenciar as dinâmicas levadas a cabo no espaço pós-soviético a partir da década de 1990, uma vez que os vastos processos de reorganização político-territorial das ex-Repúblicas se tornam ofuscados pelo discurso da vitória do bloco capitalista e subsumidos à mera menção do “fim da Guerra Fria”. À exceção de territórios do imediato entorno russo, o espaço soviético e pós-soviético carece de análises aprofundadas sobre o *modus operandi* e o legado da dominação política, militar e cultural da URSS.

A hipótese a ser desenvolvida neste estudo, buscando suplantar a referida lacuna e, propriamente, visando caracterizar o mencionado poder, é a de que a Moscou, enquanto centro de comando da URSS, estabeleceu relações de colonialidade frente às demais Repúblicas. Ainda que esta reflexão encontre objeções enfáticas entre aqueles que se dedicam à área dos

¹ Sobre a temática do poder e Relações Internacionais, ver Baldwin (2002).

estudos pós-soviéticos (afinal, a perspectiva predominante na literatura é aquela que caracteriza a União Soviética enquanto entidade política crítica à colonização e ao imperialismo do Ocidente), se pretende aqui demonstrar que as narrativas e as dinâmicas que se desenrolaram no espaço eurasiático trazem à tona problemáticas semelhantes às aquelas que se verificam no colonialismo ocidental.

O estudo da colonização no campo das Relações Internacionais tem sido, de modo geral, encabeçado pelo que se convencionou chamar abordagem pós-colonial: um campo teórico heterogêneo que busca evidenciar as consequências do processo de colonização na arquitetura do mundo moderno. Neste campo, os escritos de Edward Said (1978), Homi K. Bhabha (1994), Frantz Fanon (1961) e Gayatri Spivak (1988) são tomados, por muitos, como as bases fundacionais do pós-colonialismo, ainda que a autopercepção destes autores enquanto teóricos pós-coloniais seja objeto de amplo debate.

Como explicitado nos escritos de Krishna (2009) e Ballestrin (2013), os sentidos do termo “pós-colonial”, assim como a ideia de engajamento político nele contida, assumem diferentes roupagens a depender do tempo e espaço. O termo pode se referir, por um lado, ao tempo histórico que sucede o processo de colonização, especialmente no contexto afro-asiático dos anos 1950 e 1960; e, por outro, também tende a ser mobilizado para fazer alusão às contribuições teóricas que emergem do campo dos estudos culturais e literários na década de 1970 e 1980 com o objetivo de denunciar o processo e o legado da colonização.

A despeito do protagonismo da teoria pós-colonial nas discussões que concernem às relações desiguais no mundo moderno (um protagonismo que se evidencia, por exemplo, na multiplicidade de programas acadêmicos que se intitulam *postcolonial studies*), este estudo não o toma como abordagem norteadora. Empregamos, aqui, o *projeto decolonial*, com a ressalva de que o mesmo não objetiva o status de teoria². Esta escolha infere que, a despeito da similaridade semântica entre as duas abordagens, entendemos que existem diferenças relevantes a serem consideradas dada a própria natureza de nosso objeto de estudos.

Como evidenciaremos ao longo do primeiro capítulo, a opção pela abordagem decolonial em detrimento da perspectiva pós-colonial se justifica pela constatação de que esta apresenta insuficiências que limitam a sua capacidade de análise. Tais limitações tendem a ser

² Segundo Mignolo (2018, p. 106), a decolonialidade não se trata de um conceito que compactua com o modo como as teorias nas ciências sociais foram formadas. O projeto decolonial (ou Grupo Modernidade/Colonialidade) se trata de um programa de investigação que compartilha “noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio” (BALLESTRIN, 2013, p. 99).

apontadas como sendo de ordem *semântica*, visto que, para alguns autores, o sufixo “pós” atesta, equivocadamente, a superação completa do processo de colonização pelos povos subjugados; de ordem *epistêmica*³, uma vez que, ao herdar a crítica do pós-estruturalismo francês e, em certa medida, a própria episteme europeia, a teoria pós-colonial acabaria por reproduzir o vocabulário e o discurso que caracterizaram as dinâmicas coloniais; e de ordem *empírica*, posto que o processo de descolonização levado a cabo durante a Guerra Fria pareceu ser insuficiente para a plena independência das ex-colônias.

Ainda assim, é possível identificar que, no âmbito da teoria pós-colonial, a discussão sobre a validade da inserção da Eurásia na agenda de pesquisa tem sido frutífera. A exemplo, David Chioni Moore (2001) identifica que o pós-colonialismo, enquanto construção teórica, tende a enfatizar espaços específicos: os ditos Primeiro e Terceiro Mundo. Na perspectiva do autor, ao excluir do escopo da teoria espaços como os Estados Bálticos, a Europa Central e Oriental, Cáucaso e Ásia Central, ignora-se o fato de que tais regiões passaram por processos análogos⁴ à colonização. Em sua perspectiva, este silêncio teórico se deve ao fato de que o pós-colonialismo se mostra incapaz de incorporar entidades políticas que escapam ao modelo ocidental.

Da mesma maneira, Liviu Andreescu (2011) propõe a hipótese de que a exclusão soviética da análise pós-colonial é também resultado de uma questão ética que por vezes permeia a oposição binária entre colonizador e colonizado: afinal, ao se posicionar (ao menos no plano formal) de forma crítica ao imperialismo, e mesmo por defender o marxismo revolucionário do “Terceiro Mundo”, a URSS manteve-se fora do paradigma da teoria e da própria categoria de ente colonizador.

Laura Adams (2008), em um argumento mais enfático, sugere que a União Soviética constituiu um verdadeiro império na medida em que estabeleceu uma dominação política sobre um território geograficamente diverso e impôs uma hierarquia étnica e cultural em favor de Moscou. A autora ressalta, também, que assim como no colonialismo ocidental, a ideia de modernidade e progresso foram fundamentais à constituição do Estado soviético. Estes processos e discursos teriam resultado, em sua perspectiva, no surgimento de uma entidade híbrida, que combinou elementos de um império centralizado com características de um Estado

³ Para detalhes, ver Lander (2005).

⁴ Moore (2001) aponta, de modo mais específico, para as políticas soviéticas de deportação, de migração forçada, asfixia das identidades menos definidas, de exploração econômica, além da anexação de Estados já independentes, como os países bálticos.

altamente modernista. Neste sentido, Adriana Edgar (2006, p. 255) igualmente advoga que, se impérios buscam promover e consolidar diferenças e Estados nacionais procuram fomentar a homogeneidade e a coesão, então a URSS mostrou-se verdadeiramente capaz de combinar estas duas dinâmicas. Assim, as diferentes percepções que resultam deste caráter híbrido explicariam, em tese, o silêncio do pós-colonialismo em tratar da região.

A menção explícita à legitimidade da discussão sobre o colonialismo soviético se verifica, também, no posicionamento adotado por Gayatri Chakravorty Spivak, tomada como referência nos ditos *postcolonial studies*, em um encontro de professores de línguas eslavas em Washington, no ano de 2005. Ao se deparar com a questão do vínculo entre os estudos pós-soviéticos e pós-coloniais, a autora propõe que, quando um Estado-nação estrangeiro se estabelece como governante, imprimindo suas próprias leis e sistemas de educação, e rearranjando o modo de produção para seu próprio benefício econômico, os termos colonizador e colonizado podem ser usados (SPIVAK; CONDEE; RAM; CHERNETSKY, 2006). Se constatamos que o regime soviético e a prática colonial compartilham elementos comuns, por quê, afinal, deveríamos propor uma perspectiva analítica para além do pós-colonialismo?

Vale mencionar, em primeiro lugar, que reconhecemos a validade das análises pós-coloniais e sua importância enquanto instrumento de denúncia e ativismo político nas sociedades outrora subjugadas. Contudo, as críticas anteriormente expostas são singularmente válidas quando propomos o estudo sobre o dito Segundo Mundo: afinal, o pós-colonialismo enfatiza a polarização que considera fundamental à manutenção das assimetrias na era contemporânea — nomeadamente, o binômio Primeiro/Segundo Mundo.

Ainda mais, para além das lacunas identificadas, constatamos que o aporte conceitual do grupo Modernidade/Colonialidade traz importantes ganhos analíticos ao debate. Como será exposto, ao considerar que a colonialidade do poder não requer a colonização, se torna alargado não apenas o alcance geográfico da análise, mas também as possibilidades de que sejam considerados diferentes sistemas políticos para além do modelo europeu. Novos locais de enunciação se fazem, então, possíveis, o que apresenta o potencial de quebrar a visão monolítica daquilo que a teoria pós-colonial define como subalterno.

Exposto o tema mais amplo desta pesquisa e a perspectiva que a informará, avançamos para as suas justificativas. Se assumimos a colonialidade do poder como o fio condutor para a análise do espaço soviético, consideramos, evidentemente, que este elemento possui grande relevância para as dinâmicas da região e, de modo mais amplo, para o próprio campo das

Relações Internacionais. O objetivo de desvelar a matriz colonial de poder na URSS, vale ressaltar, não é um mero esforço de compreensão do passado: tais processos, e as assimetrias que deles derivam, se mostram fundamentais à compreensão do mundo de hoje.

Para além da percepção de que esta matriz de poder importa à medida em que permanece no imaginário dos Estados pós-soviéticos, enfatizamos que a atualidade e a relevância do colonialismo e da colonialidade do poder no século XXI parecem ser irrefutáveis: a recente publicação do artigo *The case for colonialism*⁵ (2017), por Bruce Gilley, demonstra que as justificativas que outrora legitimaram o terror a violência colonial permanecem latentes na Academia. Ainda mais, lembremos que, se as universidades foram espaços fundamentais de legitimação da empreitada colonial⁶, é também no ambiente acadêmico que a contestação a estas intervenções deve ser continuamente feita.

Reconhecendo a amplitude do tema e a singularidade das entidades políticas que constituíam a URSS, propomos um recorte temporal e territorial que permitirá que as discussões não se limitem à menção desarticulada de fenômenos que ocorreram ao longo de quase um século. Este estudo dará ênfase, portanto, às dinâmicas que perpassam a Revolução de 1917 e a era Stalin (1927-1953), visto que, neste período, observamos a existência de padrões políticos relativamente estáveis que fornecem as bases para a construção daquilo que denominamos matriz de poder russo-soviética. Ainda mais, se pretende realizar uma análise pormenorizada da projeção deste poder aos Estados Bálticos, posto que estes são tomados, pela literatura especializada, como casos emblemáticos de que o domínio soviético teria uma natureza colonial.

Sendo assim, este estudo se organiza da seguinte maneira. No primeiro capítulo, nos voltamos à discussão teórica e conceitual que permeia o pós-colonialismo e o debate modernidade/colonialidade. Objetivamos, neste esforço inicial, mapear as principais discussões sobre aquilo que Quijano denomina “matriz colonial de poder”, evidenciando os seus desdobramentos para a ideia de modernidade, para o conhecimento e para as subjetividades.

Este mapeamento dá lugar, então, à análise de como se organizou a estrutura de poder na União Soviética, sendo esta a tônica do capítulo dois. Esta descrição pormenorizada se faz

⁵ Neste artigo, Gilley aponta os benefícios advindos do processo de colonização, assim como a irracionalidade da resistência anticolonial. Para o autor, o colonialismo poderia ser retomado, nos tempos atuais, nos Estados mais frágeis, seja pela via da recolonização no sentido da ocupação territorial, ou pelo estabelecimento de formas de governança coloniais.

⁶ Vide o exemplo, especialmente nos séculos XVIII e XIX, do desenvolvimento de campos de estudos exclusivamente dedicados a compreender a relação entre diferenças fenotípicas, a superioridade/inferioridade de raças e a legitimidade da ocupação colonial (YOUNG, 1995).

necessária na medida em que permitirá traçar paralelos entre a ação colonial e imperial ocidental e aquilo que se verifica no espaço eurasiático. Objetivamos, aqui, fornecer as bases para o esforço seguinte de compreensão do modo como o projeto decolonial pode ser associado a povos cujas trajetórias de dominação diferem da experiência latino-americana.

Se, no capítulo dois, buscamos desvelar a estrutura do poder soviético, no capítulo três tratamos do exercício deste poder. Para tal, analisaremos o processo de anexação dos Estados bálticos, nomeadamente, Lituânia, Letônia e Estônia, sempre buscando evidenciar o modo como as dinâmicas de poder expostas anteriormente se verificam na região. Expostos os fatos históricos sob à luz do pensamento decolonial nestes países, seguimos para a percepção de como esta condição é percebida pelos povos bálticos. Por fim, lançamos nossas considerações finais.

1 O DEBATE MODERNIDADE/COLONIALIDADE

Este capítulo objetiva, de modo geral, desvelar os conceitos fundamentais à abordagem decolonial, para que possamos realizar o estudo de caso orientados por este aporte conceitual. Tomando como tema mais amplo o surgimento e as reverberações da colonialidade do poder, buscaremos compreender de que maneira os empreendimentos coloniais europeus na América foram capazes de criar um sistema estável de subordinação em termos políticos, econômicos e mesmo subjetivos. Neste sentido, e a partir da exposição lógica do conceito de colonialidade, identificamos um segundo tema relevante à discussão: a ideia de modernidade.

Desta forma, o capítulo se organiza da seguinte maneira. Na primeira seção, exploraremos as origens do grupo Modernidade/Colonialidade, situando-o frente ao debate pós-colonial. Na seção seguinte, nos debruçamos de modo mais aprofundado sobre o conceito de colonialidade do poder, especialmente a partir dos escritos de Aníbal Quijano. Os desdobramentos do conceito no que tange à ideia de raça, modernidade, Saber e Ser dão a tônica às seções seguintes. Terminaremos o capítulo com uma breve exposição de como a colonialidade do poder é intrínseca à própria constituição do Estado-nação.

1.1 O debate colonialidade/modernidade: precedentes e propostas

Inúmeras são as influências e correntes teóricas que levaram ao surgimento do projeto decolonial e do debate modernidade/colonialidade. Na tentativa de construir uma breve genealogia do pensamento, podemos apontar, no contexto latino-americano, os impactos da teoria da dependência, dos teóricos do sistema-mundo, dos debates sobre a modernidade e a pós-modernidade que se desenrolam ao longo dos anos 1980, assim como as reverberações dos chamados estudos culturais na década de 1990. Não é possível ignorar, ainda, a influência das teorias críticas da modernidade advindas da América do Norte e Europa, assim como das teorias pós-colonial e feminista (ESCOBAR, 2007).

Dentre as influências mencionadas, as teorias do sistema-mundo parecem ter exercido um impacto particular no desenvolvimento do debate. Para alguns autores (MIGNOLO, 2005; BALLESTRIN, 2017), o artigo⁷ de Quijano e Wallerstein (1992) se coloca como o momento de diálogo entre as percepções iniciais da decolonialidade e a economia política. No primeiro parágrafo deste artigo seminal, já é possível captar um argumento fundamental para o que se tornaria o grupo modernidade/colonialidade:

⁷ *Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system* (1992).

O moderno sistema-mundo nasceu no longo século XVI. As Américas, enquanto uma construção geossocial, nasceram no longo século XVI. A criação desta entidade geossocial, as Américas, foi o ato constitutivo do sistema-mundo moderno. As Américas não foram incorporadas a uma economia global capitalista já existente. Não poderia haver uma economia global capitalista sem as Américas (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, p. 549, tradução nossa).

Os autores avançam, então, o argumento de que a peculiaridade do sistema-mundo iniciado com a colonização das Américas reside no vínculo estrito entre quatro elementos distintos: colonialidade, etnicidade, racismo e o conceito de “moderno”. Disto, deriva uma primeira definição do termo que encaramos como o conceito-chave para o debate: “a colonialidade foi essencialmente a criação de um conjunto de Estados, ligados entre si dentro de um sistema interestatal composto por camadas hierárquicas” (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, p. 550, tradução nossa).

Esta definição, é claro, passa a ser refinada a partir dos escritos posteriores de Quijano e da inclusão de novos autores ao debate. Destacamos, por ora, outro importante argumento nesta passagem: a América representa, para os autores, a primeira identidade constitutiva do moderno sistema-mundo. A questão fundamental, aqui, é notar que esta definição, ao estabelecer paralelismos com a abordagem de Wallerstein, traz a vantagem de percebermos a colonialidade enquanto um quadro histórico e relacional que não se limita meramente ao período da colonização formal (MIGNOLO, 2005).

Ainda que seja possível estabelecer diálogos entre as duas abordagens, se faz necessário evidenciar de que modo o grupo colonialidade/modernidade⁸ se diferencia de perspectivas outras. Ao contrário dos teóricos do sistema-mundo e das abordagens tradicionais da *longue durée*, a preocupação central do projeto decolonial não é determinar quantos anos possui este sistema, ou mesmo de quando data o capitalismo. Nestas perspectivas, não há lugar para a análise da colonialidade. A constatação de que o sistema-mundo moderno nasceu nas Américas importa à perspectiva decolonial à medida em que evidencia que a emergência do circuito comercial do Atlântico, no século XVI, consolida uma lógica fundamental, que será explorada ao longo do capítulo: a impossibilidade de conceber a modernidade sem a colonialidade⁹. Neste sentido, América e a Europa são, respectivamente, as primeiras identidades geoculturais a compor o mundo moderno, sendo a última constituída como consequência da primeira. O

⁸ Para além de Quijano, o grupo modernidade/colonialidade conta com expoentes como Walter Mignolo, Arturo Escobar, Santiago Castro-Gómez e outros (as).

⁹ Como aponta Mignolo (2005), a colonialidade constitui, e não meramente deriva, da modernidade.

espaço latino-americano inaugura, portanto, um novo universo de relações materiais e imateriais, dando ensejo, de modo inédito, ao capitalismo enquanto modo de produção mundial e eurocentrado (QUIJANO, 2000).

Neste sentido, advoga Luciana Ballestrin (2013) que o grupo Modernidade/Colonialidade constitui um coletivo que promoveu, verdadeiramente, um movimento epistemológico fundamental para as ciências sociais latino-americanas no século XXI. Ainda mais, na perspectiva da autora, o chamado *giro decolonial* representa, em essência, a radicalização do argumento pós-colonial no continente no âmbito da epistemologia, da teoria e da atuação política. Neste sentido, se faz necessário que citemos o movimento teórico que precedeu esta virada decolonial: o pós-colonialismo. A breve revisão teórica que se segue permitirá, então, que identifiquemos continuidades e rupturas entre as duas abordagens.

Na genealogia explorada por Krishna (2009), o primeiro uso teórico do termo “pós-colonial” remonta aos ensaios de Hamza Alavi (1972) e possui uma conotação essencialmente geográfica: as sociedades pós-coloniais, como Índia e Paquistão, seriam aquelas outrora subjugadas ao domínio colonial, mas que ascenderam, na era contemporânea, à categoria de Estados independentes. Alinhado ao Marxismo, Alavi associa o pós-colonialismo a um projeto político revolucionário, cujo objetivo seria subverter a continuidade da lógica colonial na política doméstica por meio da ascensão do campesinato e do proletariado ao poder. Neste primeiro momento, portanto, a crítica pós-colonial é definida como “Marxismo do Terceiro Mundo”, o qual identifica o capitalismo como o problema global, e o socialismo como a alternativa a ser implementada (KRISHNA, 2009; ALAVI, 1972).

Uma outra vertente dos estudos pós-coloniais se desenvolve a partir esforço teórico de Robert J. C. Young (2001), que reconhece o pós-colonialismo como sinônimo de tricontinentalismo e de resistência das ex-colônias frente às formas de dominação neocoloniais. O termo “tricontinental”, fazendo referência à América Latina, África e Ásia, sugere que, se o colonialismo constituiu um denominador comum entre os três distintos espaços, então seria possível articular uma identidade coletiva que permita uma ação conjunta destes continentes contra o legado da lógica colonial (YOUNG, 2001).

Retornando aos escritos de Krishna (2009), na genealogia do pós-colonialismo também é possível encontrar a sua caracterização enquanto movimento cultural e literário, especialmente no contexto da publicação de *The Empire Writes Back* (1989). A crítica pós-colonial na literatura emerge da constatação de que, a despeito da difusão da língua inglesa na

África, Caribe e Oceania, os escritos provenientes da Grã-Bretanha continuaram a se inserir de maneira excepcional em suas ex-colônias, inserção esta caracterizada pelos autores como uma “primazia canônica” da literatura inglesa, um cenário no qual se assume que a produção literária dos espaços anglófonos no além-mar eram resultados miméticos e inferiores à produção britânica. Assim, o conceito de pós-colonialismo é empregado como forma de caracterizar a produção de literatura em língua inglesa externa à Grã-Bretanha e a resistência implícita neste processo (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 1989).

Para além destas grandes categorizações, há trabalhos (YOUNG, 1990, 1995; KRISHNA, 2009) que consideram o caráter fundamental da contribuição de três autores na definição dos termos da análise pós-colonial, nomeadamente Edward Said, Homi K. Bhabha e Gayatri C. Spivak. À Said e à *Orientalism* (1978) atribui-se, comumente, a própria fundação dos estudos pós-coloniais. O Orientalismo discutido pelo autor se refere ao campo do conhecimento que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, foi criado pela Academia ocidental a fim de explorar e descrever o dito Oriente. Longe de constituir uma realidade concreta, Said identifica que o Oriente e os estereótipos orientais são categorias criadas e instrumentalizadas pelo Ocidente como forma de legitimar a ocupação e o domínio dos territórios no além-mar.

Se, em *Orientalism*, as categorias de Ocidente e Oriente são vistas como polos mutuamente exclusivos, é no trabalho de Homi K. Bhabha que a oposição binária dá lugar a uma análise que questiona as generalizações da historiografia, principalmente aquelas que operam no contexto colonial. Em *O Local da Cultura* (1994), Bhabha desafia a ideia de que o contexto colonial foi constituído por identidades definidas e imutáveis: em sua perspectiva, a narrativa de que o colonizador, detentor exclusivo do poder de coerção, exerceu plenamente seu domínio sobre o colonizado, o sujeito vulnerável e passivo, omite o caráter complexo, inconsistente e híbrido da interação colonial. Para sustentar o seu argumento, o autor desenvolve conceitos como *hibridismo* e *mímica*, que sugerem, respectivamente, a natureza não estável da identidade dos indivíduos coloniais e a capacidade de agência dos povos subjugados através da ridicularização das autoridades políticas metropolitanas (BHABHA, 1994).

Outro movimento que viria a reforçar o argumento pós-colonial seria o chamado Grupo dos Estudos Subalternos, articulado nos anos 1970 no contexto sul-asiático (BALLESTRIN, 2013). Aqui, observamos a crítica levantada por historiadores indianos sobre o caráter excludente da historiografia do país, posto que as narrativas tendem a se concentrar na perspectiva nacionalista, ligada à dominação inglesa, e na visão burguesa do movimento

nacionalista da Índia. Não há lugar, portanto, para a inclusão da voz dos ditos “subalternos”. A tentativa de trazer à tona estas perspectivas marginalizadas se torna, então, a tônica do grupo.

Nessa seara, o grupo Modernidade/Colonialidade surgiria na década de 1990, a partir de inúmeros seminários e publicações, com vistas a inserir percepções da América Latina neste amplo debate. O ímpeto em desvelar a condição de subalternidade latino-americana ambicionava, de maneira geral, trazer novas perspectivas ao processo de dissolução dos regimes autoritários no continente, de consolidação da nova ordem econômica internacional, assim como ao processo de democratização. Houve o entendimento, em meio a estas dinâmicas, de que para além dos conceitos propostos pela teoria pós-colonial, se fazia necessário criar um *locus* de enunciação próprio à América Latina, a partir do pensamento crítico destes povos (BALLESTRIN, 2013).

A proposta da decolonialidade visa, neste sentido, superar os discursos acadêmicos e políticos que atestam o caráter pós-colonial do mundo moderno: se pressupõe, aqui, que a divisão internacional do trabalho e a hierarquização étnico-racial que resultam de séculos de expansão colonial não foram eliminadas com a formação de Estados-nação independentes. Assim, longe de se encontrar na condição da plena independência, a periferia estaria a presenciar, no século XX, “um período de transição do capitalismo moderno para a colonialidade global” (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007, p. 13).

Mignolo (2018), por sua vez, advoga que o projeto decolonial pode ser sumarizado em três palavras-chave: modernidade/colonialidade/decolonialidade. A ênfase no emprego do sinal “/” ao descrever esta tríade conceitual se justifica pelo argumento do autor que estes elementos estão, simultaneamente, unidos e separados entre si, constituindo um conceito complexo caracterizado por Quijano como um “nódulo histórico-estrutural”. A decolonialidade, de modo geral, é o conceito que torna possível o entendimento da colonialidade enquanto o “lado escuro da modernidade”, não podendo ser entendida isoladamente destes dois processos.

1.2. A colonialidade do poder

O surgimento do conceito de colonialidade, contribuição fundamental de Quijano para o desenvolvimento do debate decolonial, deve ser contextualizado histórica e geograficamente. Do ponto de vista geográfico, a discussão sobre a tríade colonialidade/modernidade emana, fundamentalmente, do dito Terceiro Mundo. No que tange à cronologia histórica, este debate desponta no momento do colapso da União Soviética e, conseqüentemente, da crise da ideologia que respaldara a ideia de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo. É, portanto, precisamente no

momento em que o último passa a ser subsumido à ideia de “Sul Global” que a discussão sobre a colonialidade ganha forma (MIGNOLO, 2018).

A grande contribuição de Aníbal Quijano, e que o consagra como uma das principais referências da abordagem decolonial, fora demonstrar que a colonialidade do poder é indissociável daquilo que se entende por modernidade. Ainda mais, reconhece que o processo que se convencionou chamar “globalização” é o produto da experiência colonial na América Latina e do conseqüente desenvolvimento do capitalismo moderno, o qual qualifica como *eurocentrado*. Assim, a colonização da América, paralelamente à consolidação do capitalismo mundial, resultou na formação de uma nova matriz de poder – uma matriz que não apenas alterou alguns traços do mundo, mas o mundo *em si*. Aqui, a ideia fundamental é a de que o modelo de poder que deriva destes processos e que permanece hegemônico até os dias atuais pressupõe, invariavelmente, este elemento de colonialidade (QUIJANO, 2000, *grifo nosso*).

O emprego do termo “colonialidade” ao longo da discussão que se segue está, assim, sempre relacionado à ideia de matriz colonial de poder, a tradução usualmente proposta para *patrón colonial de poder*, como originalmente expõe Quijano. A ideia de matriz é usada, no projeto decolonial, como forma de fazer referência a uma série de relações e fluxos estruturais constitutivos de uma determinada entidade. A matriz de poder colonial é aquela que, como se demonstrará, se caracteriza pela articulação entre: i. A colonialidade do poder, que se apoia amplamente na noção de raça enquanto categoria fundamental para a diferenciação e dominação da sociedade; ii. O capitalismo, que se estabelece como o modo universal de exploração social; iii. O Estado, forma central de controle da autoridade; e iv. O eurocentrismo, que se relaciona não apenas ao modo como as subjetividades se moldam, mas também ao modo como se produz conhecimento (QUIJANO, 2002; MIGNOLO, 2018).

A fim de desvelar esta matriz de poder e as tensões que nela habitam, comecemos com uma distinção fundamental: o conceito de colonialidade não pode ser empregado como sinônimo de colonialismo ou imperialismo. Esta distinção se faz necessária porque, ainda que a colonização tenha assumido um papel fundamental na formação da matriz de poder vigente, o projeto decolonial não se reduz a analisar apenas o processo de formação de Estados-nação soberanos nos territórios que outrora constituíam espaços coloniais. Não se reduz, portanto, a analisar a *descolonização*.

O debate sobre a decolonialidade, descreve Mignolo (2018), almeja elucidar os horizontes de libertação para além da esfera do Estado. Argumenta o autor que o processo de

descolonização, tal como se desenvolveu nas colônias europeias e no próprio espaço soviético, provou ser insuficiente para a verdadeira libertação dos povos subjugados. A impossibilidade da plena liberdade se explica, em sua perspectiva, por duas questões principais. A primeira se refere à primazia da ideia de que “o colonialismo acabou e a modernidade é tudo que existe” (MIGNOLO, 2003, p. 676), um discurso que limita o processo de colonização à mera questão geográfica. Uma segunda explicação para esta falha, e que deriva da primeira, está no fato que o processo de descolonização, tal como se desenrolou, não foi capaz de reconhecer a colonialidade intrínseca ao *Ser* e ao *Saber*, se esquivando do questionamento das bases da epistemologia e da ontologia ocidental (MIGNOLO, 2018, p. 136).

A opção decolonial torna-se relevante, sob a perspectiva de Mignolo, à medida em que a mesma propõe um rompimento frente aos preceitos da teoria política moderna, a qual, sendo racista e patriarcal, limita a agência daqueles por ela considerados inferiores - seja em termos de raça, gênero ou sexualidade. Para o autor, toda mudança que ocorre no nível da descolonização política deve ser acompanhada da *desobediência política e epistêmica*, uma postura que vai além da desobediência civil aos moldes de Gandhi ou Luther King (MIGNOLO, 2008, p. 287, *grifo nosso*). A desobediência epistêmica se insere assim, como um exemplo do ativismo proposto pelo projeto decolonial. Tal desobediência não implica na simples negação da racionalidade moderna e colonial, mas na ideia de que

É necessário se livrar do vínculo da racionalidade-modernidade com a colonialidade, antes de tudo e, finalmente, com todo o poder não constituído na decisão livre de pessoas livres. É a instrumentalização da razão pelo poder colonial, em primeiro lugar, o que produziu paradigmas distorcidos de conhecimento e bagunçou as promessas de libertação da modernidade. A alternativa é clara: a destruição da colonialidade do poder mundial (QUIJANO, 1990 apud MIGNOLO, 2008, p. 288).

A proposta, aqui, não é deslegitimar a crítica pós-colonial que se constrói, por vezes, sobre bases ocidentais. Contudo, vale ressalva de que o projeto decolonial é, necessariamente, uma opção que prevê uma ruptura epistêmica: afinal, se objetiva o afastamento frente aos fundamentos do conhecimento ocidental e ao modo como ele é formado. Isto não se traduz, é claro, no abandono do conhecimento já produzido e institucionalizado: o que se deseja é ir além do saber construído em línguas imperiais, evidenciando aquilo que foi produzido por povos, línguas, religiões e subjetividades que se tornaram racializadas dentro do binômio modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2008).

1.3. Raça e modernidade

Dois processos históricos, de modo geral, teriam sido responsáveis por criar diferenças incomensuráveis entre colonizador e colonizado e por dar forma a este modelo de poder, nomeadamente (i) a codificação de diferenças entre dominadores e dominados em torno da ideia de “raça” e “cultura” e (ii) a criação de uma nova estrutura de controle do trabalho, recursos e produtos a partir do capitalismo (QUIJANO, 2000, p. 533-534). Exploremos, por ora, o primeiro processo.

A ideia de raça, argumenta Quijano, pode ser satisfatoriamente entendida como uma categoria mental da modernidade. Ainda que referências a diferenças físicas entre povos remontem a períodos que precedem a colonização da América, a singularidade do conceito no seu sentido moderno não pode ser analisada fora da esfera do poder colonial. Isto porque, ao legitimar as relações de dominação impostas pelo colonizador, a categoria “raça” teria produzido novas identidades sociais históricas (a exemplo, “índios”, “negros” e “mestiços”), que, constituídas no contexto de relações de subordinação, seriam incorporadas a uma hierarquia e a papéis sociais específicos (QUIJANO, 2000).

Constata-se, pois, que a categorização racial moldou este novo modelo de poder à medida em que promoveu um processo de (re)identificação histórica, sendo atribuídas aos continentes europeu e americano novas identidades “geoculturais”, sempre baseadas na naturalização da ideia de inferioridade dos povos subjugados. A raça tornou-se, pois, o princípio elementar para a classificação da sociedade e do trabalho na nova estrutura de poder (QUIJANO, 2000).

Ao recorrer, por um momento, à literatura pós-colonial, podemos construir um breve panorama histórico daquilo que se conhece como racismo. As teorias racialistas, a face científica do racismo, emergiram em fins do século XVIII, ganhando espaço substancial na comunidade científica ao longo do século XIX. O esforço intelectual em descrever e classificar as supostas raças humanas se manifesta em um período histórico específico: é no auge da expansão colonial europeia e, sobretudo, do colonialismo britânico, que o racismo ganha força enquanto campo de estudos. É evidente, portanto, que o conceito de raça fora uma construção política, social e científica, sendo a ênfase na superioridade do homem branco europeu um instrumento a serviço do projeto imperialista (YOUNG, 1995).

Se, nos séculos anteriores ao Iluminismo, a doutrina cristã ditava o comportamento do indivíduo e da sociedade, na era do progresso e da Razão estes dogmas foram reorientados em

favor da ciência – definida, por sua vez, em termos raciais. Embora as teorias contemporâneas alertem para a perversidade da lógica racialista, no século de seu apogeu a distinção entre as espécies humanas seria fundamental a toda e qualquer área acadêmica, dentre as quais se destacam a fisiologia, a psicologia, a zoologia, a arqueologia, a geografia, o folclore, a linguagem, a lei, a teologia e até mesmo a paleontologia. A raça tornou-se, pois, o princípio organizador da produção do conhecimento: nas palavras do racialista Conde Gobineau, era ela o motor da História (YOUNG, 1995).

A ideia de raça, ao definir novas identidades históricas, passa a ser também reforçada à medida em que se torna um pilar fundamental da nova estrutura global de controle do trabalho. Para Quijano, a raça e a divisão do trabalho são elementos estruturantes que se promovem mutuamente, culminando naquilo que denomina como “sistemática divisão racial do trabalho” (QUIJANO, 2000, p. 536). A exemplo, podemos citar o fato de que, enquanto a metrópole optou, no espaço colonial hispânico nas Américas, pelo fim da escravidão dos índios e pela sua posterior incorporação à estrutura da servidão, aos negros seria imposta a escravidão. Os colonos espanhóis e portugueses, favorecidos na hierarquia racial, poderiam se dedicar ao comércio, à produção e à administração da colônia. O critério racial como determinante aparentemente “natural” da divisão do trabalho permaneceu, portanto, como um elemento constante em todo o período colonial (QUIJANO, 2000).

Identificamos, assim, que a colonialidade do poder fora sustentada pela ideia de raça e pela maneira como a divisão do trabalho se deu no modo de produção capitalista. Passemos, agora, às implicações desta matriz de poder para formação de uma nova intersubjetividade mundial. Sob a perspectiva de Quijano, inúmeros processos foram responsáveis por dar contornos a um novo universo de relações intersubjetivas entre a Europa e o resto do mundo, a exemplo: (i) a expropriação da cultura e recursos dos povos subjugados em nome do desenvolvimento do capitalismo no continente europeu; (ii) a repressão de suas formas de produção do conhecimento, de seu universo simbólico e modos de expressão; e iii. a imposição, pelos colonizadores, de uma cultura dominante que reforça a própria reprodução das relações de dominação (QUIJANO, 2000, p. 540-541).

Assim como o capitalismo mundial se estabeleceu a partir da articulação de todas as formas de trabalho em torno do capital, esta matriz hegemônica de poder fora consolidada a partir da incorporação das múltiplas experiências, histórias, subjetividades e culturas à órbita da dominação europeia e ocidental. A colonização das perspectivas cognitivas se torna evidente à medida em que as noções de *modernidade* e *racionalidade* passam a ser concebidas como

atributos exclusivamente europeus. Esta nova intersubjetividade se torna, então, codificada “num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa” (QUIJANO, 2000, p. 542, tradução nossa).

Para além dos impactos identitários e cognitivos do processo de colonização, que pressupõem a impossibilidade de gestão autônoma dos povos sobre suas próprias imagens, símbolos e experiências, Quijano identifica que tal modelo de poder também se mostrou capaz de produzir uma nova temporalidade, uma vez que os povos colonizados passam a ser entendidos como o tempo passado de uma trajetória histórica que, invariavelmente, toma a Europa como o ápice do desenvolvimento e da moralidade humana (QUIJANO, 2000).

O argumento de que o poder colonial gera uma nova perspectiva sobre o tempo e a história fornece as bases, portanto, para uma primeira análise sobre o que o autor considera como *modernidade*: se os europeus se percebem como o produto final da trajetória civilizatória da humanidade e, sob o respaldo das categorias raciais, como a espécie naturalmente mais avançada, toda e qualquer outra sociedade é conseqüentemente anterior - uma expressão, no presente, daquilo que é visto como passado na longa história de progresso humano. Esta perspectiva histórico-temporal infere, portanto, que os europeus constituem os protagonistas da modernidade (QUIJANO, 2000). Neste sentido, enfatiza o autor que:

O que resulta da história do poder colonial tem, em termos da percepção colonial, duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: os povos foram desapossados de suas identidades históricas próprias e singulares. A segunda é talvez menos óbvia, mas não menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, envolveu a retirada de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. A partir de então, seriam raças inferiores, capazes apenas de produzir culturas inferiores. A nova identidade também envolveu sua realocação no tempo histórico constituído primeiramente com a América e depois com a Europa: a partir de então eles são o passado. Em outras palavras, o modelo de poder baseado na colonialidade também envolveu um modelo cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual a não-Europa era o passado e, por causa disso, inferior, se não sempre primitiva (QUIJANO, 2000, p. 552, tradução nossa).

Para Mignolo, também a dita modernidade representa mais do que um mero período histórico: ela se refere, verdadeiramente, a “uma narrativa de um período histórico escritos por aqueles que se perceberam como os reais protagonistas” (MIGNOLO, 2008, p. 316). Por este motivo, advoga o autor que a representação se torna uma questão crucial na retórica da modernidade: afinal, ela é capaz de consolidar a ideia de que tudo aquilo que existe no mundo pode ser entendido sem o questionamento do seu local de enunciação. Romper com esta naturalização se coloca, assim, como algo próprio ao fazer decolonial.

1.4. A colonialidade do Saber

O conceito de modernidade/colonialidade, quando aplicado à esfera do Saber, infere que a projeção do Ocidente não fora apenas econômica e política, mas também intelectual e epistemológica. O eurocentrismo, nesta perspectiva, é a *atitude colonial* frente ao conhecimento, atitude esta que se manifesta paralelamente ao estabelecimento das relações centro-periferia e das hierarquias étnico-raciais. Assim, a omissão dos conhecimentos tidos como subalternos fora legitimada pela ideia de que os mesmos constituíam uma etapa pré-científica, mítica e inferior ao conhecimento gerado pela elite científica europeia. Como consequência, as ciências sociais contemporâneas se veem incapazes de incorporar tais saberes ditos “subalternos” aos seus processos de produção de conhecimento (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007, p. 20-21, *grifo do autor*).

Sob a perspectiva de Mignolo, “os padrões epistêmicos estabelecidos em nome da teologia, da filosofia e da ciência tornaram possível que fosse negada racionalidade a todas as outras formas de conhecimento” (MIGNOLO, 2003, p. 668). O autor identifica, em outras palavras, que o problema está na forma como se concebeu a dita revolução científica: como um verdadeiro triunfo da modernidade, na perspectiva da própria modernidade. Neste sentido, toma como exemplo os escritos iniciais de Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2001), os quais ilustram, verdadeiramente, esta celebração da excepcionalidade do conhecimento ocidental ao atestar que:

Ao estudarmos qualquer problema da história universal, o produto da moderna civilização europeia estará sujeito à indagação de quais combinações de circunstâncias se pode atribuir o fato de na civilização ocidental, e só nela, terem aparecido fenômenos culturais que, como queremos crer, apresentam uma linha de desenvolvimento de significado e valor universais. Apenas no Ocidente existe uma ciência num estágio de desenvolvimento que reconhecemos, hoje, como válido (WEBER, 2001, p.xxvii, tradução nossa).

Esta celebração não pode ser desassociada, é claro, da crença na supremacia racial do homem branco europeu e do conseqüente (e paralelo) processo de negação da capacidade de pensar ao resto da humanidade, um pensamento que também se evidencia nos esforços introdutórios de Weber:

A erudição histórica chinesa, altamente desenvolvida, não possuía o método de Tucídides. É verdade que Maquiavel teve predecessores na Índia; mas todo o pensamento político da Índia carecia de um método sistematizado como o de Aristóteles e, de fato, de conceitos racionais. Nem todas as antecipações da Índia, nem as extensas codificações, especialmente no Oriente Próximo, nem todos os livros de leis da Índia e de outros lugares possuíam formas estritamente sistemáticas de pensamento, tão essenciais a uma jurisprudência racional como a lei romana e o direito ocidental por ela influenciado (WEBER, 2001, p. xxix, tradução nossa)

A celebração da ciência na perspectiva da modernidade implica, portanto, em uma opressão epistêmica que reforça o fato de que não houve, e nem pode haver, a ideia de modernidade sem a ideia de colonialidade. Se faz importante mencionar que a constatação de que a colonialidade é intrínseca à modernidade abre espaço para aquilo que Mignolo chama de *border thinking* ou “pensamento liminar”: a ideia de que a matriz colonial de poder produziu exterioridades que operam na fronteira do conhecimento hegemônico, desafiando, por vezes, a própria sua própria estrutura e estabilidade (MIGNOLO, 2003).

Edgardo Lander (2005), por sua vez, identifica duas dimensões constitutivas dos saberes modernos que se relacionam à colonialidade. A primeira se refere àquilo que o autor aponta como o processo das “múltiplas separações do Ocidente”, visto que as formas ocidentais de conhecimento derivam de uma primeira separação fundamental entre o sagrado, o homem e natureza, seguida de uma ruptura ontológica entre corpo e mente – isto é, entre a razão e o mundo. É a partir destas separações, então, que surge um tipo particular de conhecimento, que não só almeja ser desespiritualizado e dessubjetivado, mas que também se pretende universal (LANDER, 2005).

A segunda dimensão está relacionada ao modo como estes saberes modernos se articulam com a própria matriz de poder. Neste sentido, o autor advoga que a constituição histórica das disciplinas científicas no Ocidente fora guiada pela suposição de um processo evolutivo que aponta para a superação de etapas primitivas do conhecimento e da organização social com vistas a alcançar o estágio último da modernidade, que é identificado, por Lander, como o estágio da sociedade industrial liberal. Disto deriva a constatação de que, uma vez que a experiência histórica europeia se apresenta como a experiência universal e como padrão de referência aos demais povos, as formas de conhecimento que se desenvolvem para compreendê-la passam a ser encaradas como as “únicas formas válidas, objetivas e universais de conhecimento” (LANDER, 2005, p. 34).

A crítica ao modo como o conhecimento e, em especial, as ciências sociais se constituem também se verifica nos escritos de Santiago Castro-Gomez (2005). O autor expõe o paradoxo de que, a despeito do caráter notavelmente eurocêntrico da produção do conhecimento, as ciências sociais projetaram a noção de que a Europa constitui uma entidade autogerada, que resulta de seus próprios atributos e não do contato com outras culturas: não há espaço, portanto, para a compreensão do modo como a colonialidade e o colonialismo moldaram a modernidade europeia.

A colonialidade do Saber, que se encontram na genealogia da colonialidade do poder, revela, enfim, um legado epistemológico que “nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (LANDER, 2005, p. 10). A partir disto, a tarefa de uma teoria crítica da sociedade, especialmente no contexto latino-americano, é descolonizar as bases da filosofia e das ciências sociais, transgredindo e questionando, por exemplo, categorias binárias como colonizador/colonizado, centro/periferia e Europa/América Latina.

Para ilustrar o modo como a produção de conhecimento pode escapar ao vocabulário e à norma hegemônica podemos tomar como exemplo, assim como o faz Mignolo, o esforço da política e ativista quéchua Nina Pacari em evidenciar conceitos indígenas de poder que, diferentemente daquilo que se observa no modelo ocidental, inferem a possibilidade de uma gestão política comunitária nos Andes. Neste contexto, princípios como “proporcionalidade-solidariedade” (orientar a política para o benefício dos que têm menos), “complementaridade” (produção e distribuição voltada ao bem-estar da comunidade), “reciprocidade” (trabalho cooperativo) e “correspondência” (compartilhar responsabilidades) são tomados como verdadeiros exemplos de que o pensamento político pode ser descolonizado (MIGNOLO, 2008, p. 319-323).

1.5. A colonialidade do Ser

De forma a concluir o debate sobre o modo como a colonialidade do poder se relaciona com as subjetividades, nos debruçamos, nesta seção, sobre o conceito de colonialidade do Ser. Esta ideia parece derivar logicamente daquilo que foi exposto sobre a colonialidade do Saber, uma vez que:

A “ciência” (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da língua; as línguas não são meros fenômenos “culturais” em que povos encontram a sua identidade; são também o local no qual o conhecimento está inscrito. E, uma vez que as linguagens não são algo que os seres humanos têm, mas algo que os seres humanos *são*, a colonialidade do poder e do saber veio a gerar a colonialidade do Ser (MIGNOLO, 2003, p. 669, *grifo nosso*)

A colonialidade do Ser, por sua vez, emerge como um conceito que busca desvelar os efeitos destas dinâmicas nas experiências vividas. Nelson Maldonado-Torres (2010), na sua tentativa de contribuir para a construção do termo, propõe, inicialmente, a discussão sobre o que é o Ser — e, para tal, toma os escritos de Descartes como importantes referências para o debate. É constatado, de início, que a virada epistemológica que deriva do pensamento cartesiano parece ter uma implicação fundamental também para a ideia de colonialidade: a

máxima de que “penso, logo existo”, por exemplo, pode ser interpretada a partir da percepção de que como “penso (e outros não pensam, ou pensam de modo incorreto), logo existo (e outros carecem de ser, não deveriam existir ou são dispensáveis)” (MALDONADO-TORRES, 2010, p. 106).

A formulação de Descartes retrata, portanto, não apenas colonialidade do Saber, a qual vislumbra a possibilidade de que outros podem não pensar, mas também a colonialidade do Ser, uma vez que outros podem *não ser*. Se vê, então, que a relação fundamental entre estes dois conceitos se apoia na noção de que a falta da racionalidade, do modo como é proposta pelo discurso ocidental da modernidade, está intrinsecamente relacionada à ausência do Ser (MALDONADO-TORRES, 2010).

O conceito de colonialidade do Ser, ainda, amplia a reflexão para além da diferença ontológica: abre-se espaço, aqui, para a ideia da diferença sub-ontológica ou, na expressão cunhada por Walter Dignolo, da diferença colonial. De modo geral, a diferença sub-ontológica refere-se à diferença entre o Ser e aquilo que se considera estar abaixo do Ser: indivíduos que, “vistos como dispensáveis, tornam-se alvos sistemáticas, por exemplo, de estupros e assassinatos” (MALDONADO-TORRES, 2010, p. 108). Este conceito, ainda que de modo implícito, já poderia ser identificado nos escritos de Fanon em *Dying Colonialism* quando constata que

Há, em primeiro lugar, o fato de que a pessoa colonizada [...] percebe a vida não como um florescimento ou um desenvolvimento de uma produtividade essencial, mas como uma luta permanente contra uma morte onipresente. Essa morte sempre ameaçadora é experimentada como fome endêmica, desemprego, uma alta taxa de mortalidade, um complexo de inferioridade e uma ausência de qualquer esperança para o futuro. Tudo isso, atormentando a existência do colonizado, tende a tornar a vida algo parecido com uma morte incompleta (FANON, 1965, p. 1965 apud MALDONADO-TORRES, 2010, p. 109, tradução nossa).

Uma das manifestações da colonialidade do Ser relaciona-se, na perspectiva de Fanon, à normalização, no mundo colonial, de situações que usualmente ocorrem em tempos de guerra, as quais passam a ser inscritas nos corpos coloniais. Os *condenados*¹⁰ são, ainda mais, aqueles indivíduos que, aos olhos do grupo dominante, não possuem resistência ontológica alguma. Como aponta Maldonado-Torres, isto se traduz na violação do significado da própria ideia de alteridade humana: o *Alter ego* se transforma, então, em um *sub-Alter*. Em outras palavras, determinados sujeitos passam a ser encarados como elementos que estão na fronteira entre o

¹⁰ Ver *Les Damnés de la terre* (1961), de Frantz Fanon.

Ser e o não-Ser. A colonialidade que torna ordinária a violência em suas mais diversas manifestações, e sua consequência mais evidente, a desumanização, não podem ser desvinculadas, é claro, do mencionado discurso racial (MALDONADO-TORRES, 2010).

Neste sentido, se atribui à colonialidade do Ser o fato de corpos negros serem retratados como seres essencialmente eróticos, promíscuos e violentos – e, por serem vistos excessivamente como tal, são tomados como recebedores legítimos da violência excessiva. Se torna claro, portanto, que o colonialismo e o racismo não podem ser tomados apenas como estruturas ou meros fenômenos políticos e sociais: eles são, verdadeiramente, processos de relevância metafísica e ontológica (MALDONADO-TORRES, 2010).

A discussão sobre a colonialidade do Ser e do Saber reitera o argumento inicial de que os processos de descolonização dos séculos XIX e XX necessitam, afinal, de dinâmicas de ressignificação que os complemente. Por este motivo, conceitos propostos por intelectuais indígenas, como interculturalidade (uma ideia que questiona as bases do dito “multiculturalismo”) passam a ser também entendidos sob a perspectiva decolonial: não basta considerar a cultura, se a epistemologia se mantém intacta. Se faz necessário reivindicar, verdadeiramente, os próprios direitos epistêmicos (MIGNOLO, 2007).

1.6. Colonialidade e Estado-nação

Expostas as bases do pensamento decolonial no que diz respeito à ideia da colonialidade do poder e modernidade, se faz crucial, para os fins deste estudo, destacar o modo como o grupo Modernidade/Colonialidade percebe o próprio processo de formação do Estado-nação: afinal, como aponta Santiago Castro-Gomez (2005), se tratamos da modernidade enquanto um projeto hegemônico, é preciso evidenciar qual é a instância central que permite o exercício desse poder.

Quijano (2000) advoga que o Estado-nação é um tipo de sociedade individualizada na qual os membros assumem determinada identidade, percebida como distinta de outras sociedades. Considerando que o corpo social é uma estrutura de poder, o autor reconhece que é através dele que as múltiplas existências se tornam parte de um todo: em outras palavras, para que tal estrutura se consolide, é preciso que um grupo seja capaz de se impor, em maior ou menor grau, sobre os demais, se mostrando também capaz de articular elementos como o controle do trabalho, seus recursos e produtos; a autoridade e a violência; e a intersubjetividade e conhecimento. Como discutiremos, é a partir do colonialismo que o poder disciplinário, tal como o conhecemos na sociedade moderna, é gerado (QUIJANO, 2000, p. 557; CASTRO-GOMEZ, 2005).

Como resultado deste processo, o Estado-nação é concebido enquanto um poder político centralizado que exerce, de maneira estável, sua autoridade sobre a população de um determinado espaço. O autor constata, a partir da experiência europeia, que o Estado nacional representa, em essência, o produto de um processo de colonização de um povo sobre outros, vistos como estrangeiros, processo este que permite o exercício centralizado do poder no espaço colonizado (QUIJANO, 2000).

Paralelamente à construção interna do Estado-nação, seria levado a cabo, no além-mar, o processo de imposição do domínio colonial na América, o qual representa a contrapartida estrutural da formação estatal na Europa. Disto resulta a conclusão de que a geração dos Estados europeus não pode ser dissociada do colonialismo. Este se manifesta, portanto, em dois movimentos históricos distintos: inicialmente, na colonização interna dos povos cuja identidade não era compatível com o grupo dominante e que habitavam o espaço que futuramente se tornaria o Estado-nação; e, posteriormente, na colonização externa daqueles que não apenas apresentavam culturas e identidades distintas, mas que também habitavam espaços fora da esfera de dominação interna (QUIJANO, 2000, p. 558).

Sob a perspectiva de Castro-Gomez (2005) a função jurídico-política da formação do Estado está intrinsecamente relacionada à invenção da cidadania. A categoria do “cidadão”, para o autor, corresponde a um campo de identidades homogêneas que são vistas como pertinentes ao projeto de modernidade que se almeja desenvolver. A própria constituição nacional é, neste sentido, a evidência normativa da subjetividade desejada.

Ainda que diversos outros conceitos se destaquem no escopo da abordagem decolonial, esta breve revisão bibliográfica se mostra suficiente aos fins deste estudo. No próximo capítulo, serão exploradas, para além dos eventos históricos importantes à compressão da URSS, as dinâmicas que permitem a percepção de uma matriz colonial de poder neste espaço. Buscamos destacar, neste esforço inicial, que tal matriz é composta por elementos de ordem econômica, política, cultural, linguística e subjetiva. Eles elementos serão aqueles que orientarão, portanto, a análise da União Soviética no capítulo dois.

2 PODER E COLONIALIDADE NA URSS

A literatura pós-colonial, como se mencionou, busca dar foco à dicotomia Primeiro/Terceiro Mundo, evidenciando, principalmente, o legado da colonização para o espaço africano e latino-americano. A vantagem de adotarmos a abordagem alternativa do projeto decolonial e, portanto, o conceito de colonialidade que dele deriva, está justamente na possibilidade de aumentar o alcance geográfico da análise. Se a colonialidade do poder independe da colonização *de facto*, então o conceito pode ser estendido às regiões que, formalmente, articularam sistemas de poder cuja natureza é distinta daquela do colonialismo europeu.

Sendo assim, o presente capítulo busca explorar os processos históricos que permitem que avancemos o argumento de que o espaço que outrora constituiu a União Soviética é passível de ser incorporado à abordagem decolonial. Contudo, é necessário fazer a ressalva de que está além do escopo deste estudo fornecer uma descrição detalhada de como as dinâmicas levadas a cabo pelo Politburo¹¹ se desenrolam em cada uma das Repúblicas Soviéticas. Ainda mais, a multiplicidade de etnias e grupos nacionais que constituíram este espaço faz com que qualquer tentativa de generalização seja questionável. O objetivo que conduz o desenvolvimento deste capítulo está, portanto, mais relacionado à compreensão do modo como as normas e as práticas moldaram, a partir de uma matriz colonial de poder, as condições de possibilidade dos povos soviéticos.

Ainda mais, tomemos a cautela de não adotar visões demasiado essencialistas ou binaristas da história. O esforço de análise que se segue dará luz, com vistas a alcançar os objetivos deste trabalho, aos elementos que permitem entender o modo como se constitui a matriz de poder soviética. Entretanto, não é possível presumir que os atos de repressão e controle social se deram de maneira uniforme e contínua ao longo de quase um século: afinal, a URSS não fora uma entidade política fixa e alheia às tentativas de contestação; ao contrário, o Estado soviético esteve sempre em vias de transformação.

Também, devemos nos atentar, como apontam os escritos de Homi K. Bhabha (1994), que o binarismo dominador-dominado (o primeiro, marcado pela violência irrestrita e o segundo, pela passividade) é falho: não é incomum que encontremos exemplos, no contexto das Repúblicas Soviéticas de origens étnicas não-russas, de grupos que defendiam as políticas do centro e a ideologia do Partido. Da mesma maneira, a visão de que os povos incorporados à

¹¹ Órgão principal do Partido Comunista.

matriz de poder soviética aceitaram passivamente a sua condição de subordinação esbarra na evidência empírica de que a resistência se fez presente em todo o século XX. Desta forma, ainda que as seções seguintes revelem contraposições sistemáticas entre a Federação Russa e as demais Repúblicas e entre povos russos e não-russos, seguimos o argumento de Annus (2017, p. 180) na sua percepção de que este movimento permite entender “posições estruturais que são ativadas em determinadas situações”.

Mesmo que o objetivo deste estudo não seja fornecer uma densa investigação sobre a história da URSS, devemos recorrer, ainda que brevemente, aos fatos que deram ensejo à sua formação. Sendo assim, inescapavelmente nos voltamos a um dos eventos que alterou significativamente não apenas a história russa e o percurso dos povos que seriam incorporados à sua esfera de influência, mas a própria trajetória das relações internacionais: a Revolução Bolchevique.

2.1. A Revolução de 1917 e a formação do Estado Soviético

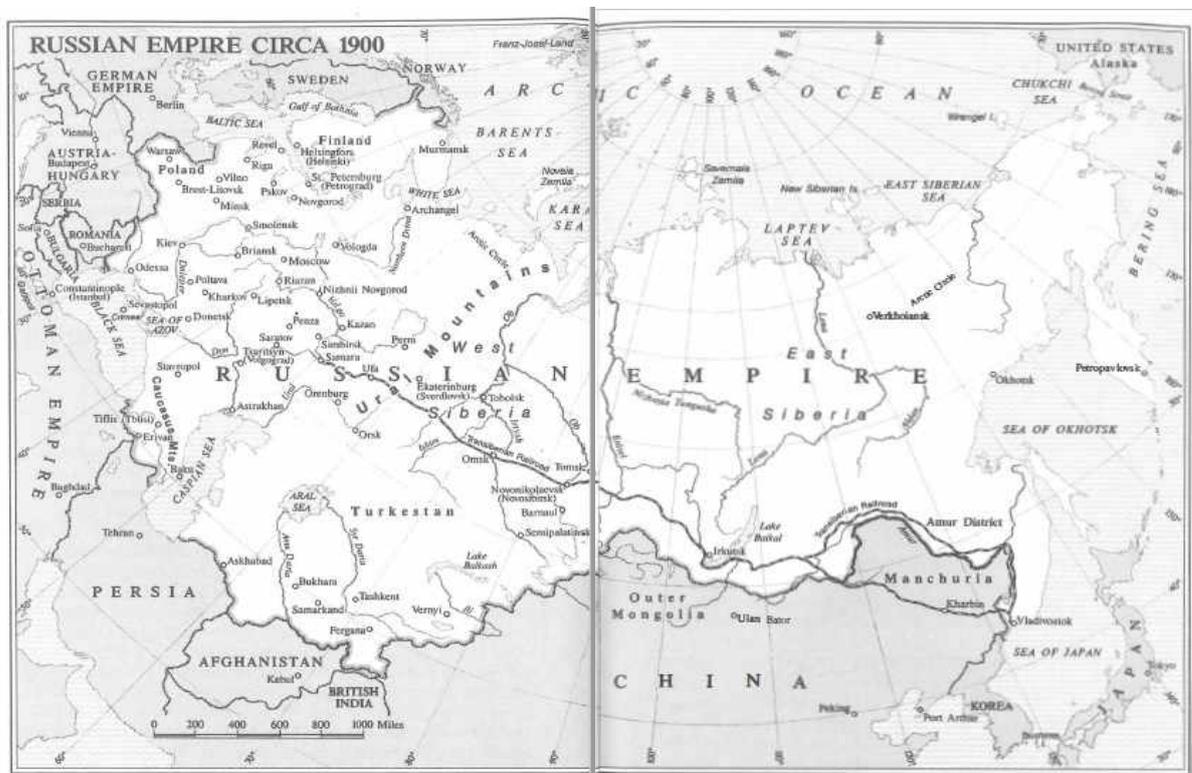
Na perspectiva de Sakwa (1999), a ascensão dos Bolcheviques ao poder, em outubro de 1917, se consagra como um dos mais importantes *turning points* do século XX, assim como fim do regime soviético, em 1991, fora um acontecimento fundamental na definição dos rumos pós-Guerra Fria. Começamos, então, com uma breve descrição da unidade política que precede os anos revolucionários: o Império Tsarista. O Império Russo, cujas raízes multisseculares remontam ao século XV e à luta contra o domínio mongol, parecia constituir, no século XIX, um sistema inabalável de relações de poder. Os motivos para a crença no poderio imperial aparentavam ser incontestáveis: à Leste, a expansão da Rússia czarista havia submetido poloneses, ucranianos, bielorrussos, letões, estonianos e finlandeses; no Cáucaso, subjagara georgianos, armênios e azeris, além de territórios na Ásia Central e Extremo Oriente. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial e da Revolução de 1917, eram celebrados, ainda mais, o centenário da vitória russa sobre Napoleão e o tricentenário da dinastia Romanov (REIS FILHO, 1987, 1997).

Como argumenta Reis Filho (1987), a tendência multissecular da expansão russa é acompanhada pelo relativo desprezo do centro imperial frente à língua, às tradições e aos valores das nacionalidades não-russas. O que se verifica, na perspectiva do autor, são sistemáticas tentativas de russificação destes povos, especialmente em termos linguísticos, a partir de 1881. Neste sentido, é possível constatar que alguns dos elementos que serão pontuados adiante e que permitem identificar relações de colonialidade no espaço soviético já

encontram precedentes na era imperial. Podemos citar, a exemplo, a obrigatoriedade do ensino em língua russa, a primazia de operários de origem étnica russa nas cidades economicamente desenvolvidas do Cáucaso e da Ucrânia e mesmo o movimento forçado de migração de russos para os territórios subjugados.

No que tange à estrutura política da Rússia Imperial, se torna evidente o seu caráter despótico e centralizado. Uma vez que os órgãos estatais eram derivados do decreto do tsar, o qual também era responsável por nomear os funcionários do Estado, se estabeleceu um poder assimétrico que só fora relativamente atenuado com a constituição dos *zemstvos* (assembleias distritais/provinciais) em 1864, das *dumas* (assembleias municipais), em 1870 e, de modo mais enfático, da Duma Imperial, em 1905, que se articula aos moldes de um parlamento nacional (REIS FILHOS, 1987).

Mapa 1 - O Império Russo (1900)



(PIPES, 1995, p. 15-16)

Em fins do século XVIII, contudo, já havia indícios de que o Império e o sistema da monarquia absolutista apresentavam sinais de enfraquecimento. Afinal, enquanto a Europa Ocidental começara a advogar os preceitos do liberalismo e, a partir da Revolução Industrial, a atingir parâmetros inéditos de modernização da produção, a Rússia se encontrava em posição

relativamente atrasada em termos de industrialização, fato que se torna evidente ao tsar na derrota russa na Guerra da Criméia, em 1855. A despeito das reformas levadas a cabo no âmbito da economia (sendo a abolição da servidão um notável exemplo destas reformas), a Rússia do século XIX mantinha perceptíveis contradições: o sistema político permanecia fundamentalmente fechado, sem qualquer limitação constitucional efetiva ao poder do autocrata (SEGRILLO, 2012).

Apesar do protagonismo da Revolução de 1917 na historiografia russa, se faz necessário mencionar que o primeiro período revolucionário ocorreu em 1905, empreitada considerada, por muitos, como uma tentativa fracassada de derrubar o tsarismo. Contudo, esta onda de protestos, greves e rebeliões levadas a cabo pelo movimento camponês (reivindicando, de modo mais específico, terras e redução de impostos) importam aos eventos futuros à medida em que fomentaram amplas reformas no regime político russo: se, até 1905, falamos de uma monarquia absolutista e autocrática, caracterizada pela ausência de partidos políticos, e de uma conjuntura que é marcada pela explosão de revoltas rápidas e localizadas, no momento pós-1905 esta conjuntura política dá lugar a uma revolta generalizada que causa mudanças na própria estrutura monárquica, a qual passa a ser composta por um parlamento (o mencionado Duma) que legaliza a existência de partidos políticos (REIS FILHO, 1987; SEGRILLO, 2012).

O aspecto fundamental da Revolução de 1905, e que fornece bases para os acontecimentos subsequentes, está relacionado ao surgimento dos *soviets* (palavra russa para “Conselho”). Os soviets designam comitês ou conselhos de trabalhadores que se articularam de forma a realizar funções administrativas que usualmente competiam ao governo, chegando mesmo a suplantar a sua autoridade em determinadas localidades - vide o exemplo do *soviet* de Moscou e seu incentivo à rebelião operária contra a autocracia nos anos 1905 e 1906 (SEGRILLO, 2012).

Para Peter Kenez (2006), ainda que um dos objetos de pesquisa mais comuns da literatura sobre os acontecimentos de 1917 seja, propriamente, o movimento revolucionário, especialmente aquele levado a cabo por dissidentes, trabalhadores e camponeses, podemos pensar na Revolução como o colapso de dois sistemas de governo: o autocrático e, posteriormente, o liberal. A questão decisiva, então, não é aquela que se relaciona aos motivos pelos quais os revolucionários estavam insatisfeitos, mas como (e porquê) estas formas de governo não conseguiram se sustentar. A resposta inicial, e que guiará esta visita panorâmica à história russa, é a de que estes acontecimentos derivam de uma crise de autoridade e da preocupação central sobre como a Rússia deveria ser governada, questão esta que só é sanada

efetivamente após a guerra civil. Nossa tarefa inicial é, portanto, entender os motivos da insustentabilidade do Estado russo no período pré-1917, assim como as razões de êxito dos bolcheviques no período revolucionário.

As origens do comunismo soviético remontam tanto à Rússia quanto ao fervor intelectual que se dá no espaço europeu. Vale reforçar, aqui, a importância e a influência de *O Capital*, de Karl Marx, publicado na Rússia em 1872, sobre o debate da questão agrária no país. Já fortalecido enquanto corrente intelectual na Rússia em fins do século XIX, o marxismo inspirou a fundação, já em março de 1898, do Partido Operário Social-Democrata Russo, entidade importante no contexto posterior da Revolução de 1917 (SAKWA, 1999).

Nos anos 1900, Vladimir Ilyich Ulyanov, conhecido pelo pseudônimo Lênin, se torna uma figura emblemática no Partido, especialmente a partir da publicação de *O que fazer?* (1902), escritos que propõem diretrizes específicas para a atuação partidária e, propriamente, para a revolução. Alguns membros, contudo, seriam relutantes quanto a estas diretrizes, visto que as mesmas apontavam para uma organização mais estrita, dura e exclusivista da política em detrimento de um movimento mais amplo e representativo. Desta discordância deriva a cisão fundamental do Partido: os ditos Bolcheviques (termo russo para “maioria”) são aqueles que viriam a concordar com as teses leninistas, enquanto os Mencheviques (“minoria”) assumiriam a postura contrária. Outra distinção essencial entre as duas alas se refere às suas percepções com relação à forma pela qual a revolução socialista deveria ocorrer. Os mencheviques advogavam o aprofundamento do capitalismo na Rússia como condição para a posterior revolução; os bolcheviques, por sua vez, propunham uma via mais direta para o socialismo, visão que se respaldava pelo argumento de que, em nível mundial, as forças capitalistas já estavam suficientemente desenvolvidas (SAKWA, 1999; SEGRILLO, 2012).

Inegavelmente, os acontecimentos externos, especialmente a Primeira Guerra Mundial, exerceram relevante influência sobre a conjuntura política russa. A decisão de acatar um novo risco de guerra, especialmente após a derrota no embate russo-japonês, pode ser explicada pelo relativo otimismo das elites quanto à aparente estabilidade econômica do país¹² e pela expectativa quanto apoio da Tríplice Aliança (GATRELL, 2005). Ainda mais, como argumenta Reis Filho (1987), a pretensão russa em entrar na guerra se respalda em outros dois elementos centrais: no plano externo, na busca pela manutenção do poderio russo nos Bálcãs (garantindo,

¹² Nos anos que antecedem a Primeira Guerra Mundial, se verifica um aumento da base industrial e uma relativa modernização do setor financeiro russo.

assim, o acesso ao Mediterrâneo) e, no plano interno, no ímpeto em cessar as animosidades pela via do apoio da população à guerra.

Ainda que algum apoio popular se verifique, de fato, nos esforços iniciais de guerra, a frágil capacidade militar e econômica russa se tornam evidentes já ao início do conflito. A participação do país na Primeira Guerra Mundial implicou, nos primeiros cinco meses, na perda de 250.000 soldados, na realocação sistemática de civis e, é claro, na forte crítica da opinião públicas frente ao czar e às elites. Também, uma das consequências imediatas do envolvimento da Rússia no embate fora tirar da atividade produtiva industrial e rural cerca de oito milhões de trabalhadores, resultando em notável queda do estoque de bens essenciais (GATRELL, 2005; REIS FILHO, 1987).

Com o aprofundamento das contradições já presentes na sociedade russa, o aparato governamental, personificado na figura do czar, novamente atravessa fase de intensa crítica. Se, no âmbito das elites, era debatida a viabilidade de um golpe de estado, nas camadas populares se difundia um sentimento de insatisfação e revolta que se traduziu nos três conhecidos pilares do movimento: paz, terra e pão. O ano de 1917 assiste, assim, a uma série de greves, manifestações e embates contra as forças policiais e czaristas, que culminam, já em março, na abdicação do governante. Ainda que a Duma tenha estabelecido, neste contexto, um tipo de governo provisório, o que se verificou na prática foi o fortalecimento do Soviete de Petrogrado como representante legítimo da insurreição. Os eventos de outubro, movimento definitivo para a consolidação do poder dos soviets e dos bolcheviques se colocam, portanto, como uma tentativa de findar esta dualidade de poderes. Finalmente, em 1918, é constituída a República Socialista Soviética da Rússia (REIS FILHO, 1987).

Existem, é claro, diversas outras nuances que permeiam o movimento revolucionário, vide o exemplo da questão do armistício e da posterior clivagem civil entre bolcheviques e mencheviques. Contudo, para os fins deste estudo, esta sucinta descrição dos acontecimentos basta para que compreendamos que a Revolução se dá sob o discurso de rompimento com o passado imperial, marcado por contradições e desigualdades que agudizaram irreversivelmente as tensões sociais.

Vale ressaltar, a título de conclusão desta seção, o lugar dos grupos nacionais não-eslavos nos acontecimentos revolucionários. O que se observa, no período que sucede as ações de outubro, é o aparente compromisso do novo governo, ao menos do ponto de vista retórico, com os direitos nacionais, incluindo naquilo que se relaciona à secessão dos mesmos.

Concretamente, contudo, seria evidente que ao longo dos anos de guerra civil, os espaços não-eslavos ocupados pelo exército vermelho tornaram-se territórios verdadeiramente anexados à Rússia soviética (REIS FILHO, 1987). Este é, propriamente, o ponto de partida para a análise subsequente de como o poderio russo se projetou para grupos nacionais diversos.

É no ano de 1922 que as bases para a ideia de uma União supranacional começam a se evidenciar. Em agosto, foi criada uma comissão para tratar das relações entre a Federação Russa e as demais nacionalidades. A proposta inicial era a de que houvesse um acordo contratual entre Rússia e alguns dos Estados independentes, nomeadamente Ucrânia, Bielorrússia e os Estados caucasianos (Armênia, Azerbaijão e Geórgia), acordo este que previa que tais entidades políticas passariam a compor a Federação Russa, mas retendo um relativo nível de autonomia. Esta incorporação almejava, de modo geral, promover uma cooperação alfandegária e comercial, além de uma ação conjunta para os esforços militares. Ainda mais, se pensava que, idealmente, as instituições centrais e as forças policiais destas Repúblicas pudessem eventualmente ser fundidas com o aparato burocrático russo (LEWIN, 2007).

Para além da Rússia, a União Soviética contaria com quatorze repúblicas constitutivas, que representavam as respectivas nacionalidades titulares: as repúblicas eslavas, nomeadamente Rússia, Ucrânia e Bielorrússia; os três países do mar Báltico (Estônia, Lituânia e Letônia); as repúblicas no espaço do Cáucaso, nomeadamente Geórgia, Armênia e Azerbaijão; além de Moldova e repúblicas da Ásia Central, que abrangem os territórios do Uzbequistão, Cazaquistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Quirguistão. Intitulando-se Estado federativo, a URSS se estabeleceu efetivamente em 1922, sob uma estrutura baseada na alocação hierárquica do território a grupos nacionais específicos: no topo desta hierarquia, estariam as Repúblicas Soviéticas, seguidas pelas Repúblicas Autônomas e Províncias Autônomas (HILL, 1993; SEGRILLO, 2012).

Mapa 2 - Divisão administrativa da URSS (1989)



(EURASIAN GEOPOLITICS, 2019)

Por vezes, tais Repúblicas eram formadas por meio da fragmentação de grandes entidades políticas e culturais previamente existentes – vide o exemplo do estabelecimento de quatro distintas Repúblicas na Ásia Central nos anos 1924 e 1925, derivadas de uma entidade islâmica outrora singular. A despeito da existência de mecanismos formais que previam, em algum nível, o exercício da autonomia pelas Repúblicas e Províncias autônomas, vê-se que o governo central soviético buscou, por meio de políticas altamente centralizadoras em termos educacionais, militares e mesmo constitucionais, prevenir possíveis focos de fragmentação (HILL, 1993).

Para alguns analistas, a União Soviética se apresentou, portanto, como uma entidade híbrida, composta por elementos do império centralizado outrora existente e por noções estatais altamente modernistas. A existência paralela de dinâmicas opostas suscitou, é claro, diferentes percepções sobre a natureza do poder e do Estado soviético: enquanto alguns se referem a esta entidade enquanto Estado multinacional e como entidade crítica ao colonialismo do Ocidente, outros atestam que a URSS constituiu um império mais ambicioso e intervencionista do que as potências imperialistas europeias (HILL, 1993; BEISSINGER, YOUNG, 2002). Vejamos, assim, algumas das peculiaridades da estrutura do poder soviético.

2.2. A política de nacionalidades

Do ponto de vista formal, o Estado federativo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é estabelecido a partir de um tratado assinado em dezembro de 1922. Este é, portanto, o momento inaugural das discussões sobre como deveria ser o processo de transição do Império para um Estado socialista multinacional. Cornell (2001) ressalta que esta estrutura federativa não se articula a partir do consenso: por motivos ideológicos, inúmeros marxistas se opuseram, de início, à ideia de que o princípio da administração estatal estivesse ligado às identidades étnicas. Isto se justifica pela percepção de que a possibilidade de exacerbação dos nacionalismos poderia representar um obstáculo à consolidação de uma sociedade socialista. Contudo, alguns teóricos, especialmente os marxistas ortodoxos, vislumbravam que, a partir da incorporação destes territórios ao regime, seria possível fomentar as forças produtivas nestes espaços sem recorrer à ação imperialista aos moldes europeus. Os povos ditos “menos desenvolvidos” poderiam, afinal, fortalecer as bases econômicas e políticas para a posterior revolução socialista.

Vale a ressalva de que organização do Estado, do modo como se deu, se definiu em função não apenas de razões ideológicas, mas também práticas. Isto porque, no cenário de colapso da estrutura czarista, o processo de formação de Estados-nação em alguns territórios já havia se iniciado, como é o caso da Ucrânia (cuja independência é declarada em 1917), dos países Bálticos e Finlândia, e dos países do Cáucaso. Era certo que, para um regime cujas bases de sustentação ainda se viam instáveis na transição para os anos 1920, não seria possível incorporar estes distintos grupos a uma estrutura política assumidamente centralizada (CORNELL, 2001).

Um elemento fundamental na criação desta nova ordem esteve, assim, relacionado à categoria da “nacionalidade” e ao modo como esta se torna incutida em todo o espaço soviético. A centralidade da temática das nacionalidades tem motivos evidentes: interessava, aos líderes do novo regime, consolidar o socialismo em uma área ocupada por centenas de povos (alguns, ainda nômades), os quais falavam inúmeras línguas e professavam inúmeras crenças. Também, o apelo à ideia de nacionalidade agia como um elemento de conciliação entre o discurso anti-imperialista e o anseio em manter o controle dos territórios outrora subjugados pelo Império russo (HIRSCH, 2005).

Hirsch (2005) enfatiza, neste contexto, o papel essencial de etnógrafos, estatísticos e linguistas na definição, mapeamento, e classificação das nacionalidades: em fins da década de

1920, os líderes do regime já contariam com informações suficientes sobre os povos no entorno russo, o que possibilitou a formulação de políticas específicas para a incorporação de outras nacionalidades à URSS. A construção deste conhecimento etnográfico, é claro, não foi uma prática neutra: os *experts* não apenas mapeavam os grupos nacionais de acordo com ideias pré-concebidas sobre como fazê-lo, como também as elites locais forneciam mapas e dados que legitimavam a posse do território por certos grupos.

Novamente, a forma como a União Soviética lidou com as distintas nacionalidades permite que sejam estabelecidas comparações entre o modelo de dominação russo-soviético e o modelo colonial europeu. Assim como nas potências imperialistas europeias, o censo demográfico desenvolvido na URSS visou conferir uma vantagem estratégica e intelectual ao centro político russo, uma vez que a categorização dos povos favorecia o exercício do poder que se pretendia, na prática, centralizado. Para alguns autores, o que se constata é que o padrão de categorização soviética fora mesmo mais ambicioso do que aqueles levados a cabo na Europa: para além do objetivo do conhecimento demográfico, o regime buscou *transformar* estas identidades, forjando, assim, novas nacionalidades. Nestes grandes censos soviéticos, vale ressaltar, eram coletadas informações não apenas sobre a distribuição dos grupos nacionais, mas também sobre as línguas nativas, a ocupação, o sexo, o nível de alfabetização, e o status civil de todos os cidadãos da União (HIRSCH, 2005, grifo nosso).

Mapa 3 - Distribuição étnica na URSS



(FORBES, 2016)

O número de grupos étnicos na URSS varia, assim, de acordo com os critérios estabelecidos nestes estudos etnográficos. Costuma-se dizer, como argumenta Hill (1993), que o espaço soviético abrangeu mais de 100 nacionalidades, dentre as quais pode-se destacar os grupos maiores, como russos, ucranianos, uzbeques e bielorrussos; grupos de tamanho intermediário, como os Tatar, georgianos, moldavos, judeus e estonianos; e nacionalidades menores como os Udmurts, Komi e Gagauz. Também aponta o autor que, em 1989, enquanto 22 grupos nacionais contavam com uma população superior a um milhão, 72 outras nacionalidades eram constituídas por menos de 100.000 indivíduos.

Para além das diferenças em termos de número absoluto de indivíduos, vale ressaltar o papel das diferenças fenotípicas entre estes grupos nacionais (as quais, por vezes, eram tomadas como critérios para a definição dos *outsiders*) e também do contraste entre tradições de vestuário, linguagens e religiões. No que tange ao elemento linguístico, foi reconhecida a existência de cerca de 130 idiomas no espaço soviético, os quais derivam de cinco alfabetos distintos (HILL, 1993).

Vê-se, portanto, que o conceito de nacionalidade promovido pelo Estado soviético se deu de maneira distinta daquilo que se observa no Ocidente. Prevalece, aqui, uma visão primordialista, orientada pela questão da descendência dos indivíduos. Quando, nos anos 1930, passam a ser emitidos passaportes para a mobilidade interna na URSS, a identificação fundamental esteve relacionada às origens étnicas e à nacionalidade da família, que seriam transmitidas às gerações seguintes. Esta informação também era considerada na vida universitária, nos postos de trabalho, e mesmo nos pedidos para emigração.

A partir do esforço de etnógrafos e antropólogos na categorização dos povos no entorno de Moscou, a estrutura estatal soviética passa a se orientar pela alocação de territórios a grupos nacionais específicos, se baseando em critérios essencialmente étnicos. Sendo assim, identificamos quatro níveis hierárquicos: no topo, estavam as Repúblicas da União, status destinado às nacionalidades que ocupavam grande extensão territorial, muitas vezes coincidentes com as próprias fronteiras prévias dos Estados. Como expõe Cornell (2001), tais Repúblicas correspondiam a versões “menores” da União, e contavam, portanto, com parlamentos, constituições e estruturas estatais próprias. As nacionalidades menores em termos de território, mas com relativa importância política, seriam consideradas Repúblicas Autônomas. Na lógica hierárquica, estas se encontravam subordinadas à jurisdição da República Soviética na qual se inseriam, sendo permitida a estas entidades políticas a posse de constituições próprias com relativa autonomia. Abaixo das Repúblicas Autônomas estariam os

oblasts (regiões ou províncias), cuja autonomia era ainda mais reduzida. No último nível da hierarquia, inseriam os *okrugs*.

As Repúblicas e Províncias autônomas contavam, no âmbito formal, com elementos típicos de um Estado-nação, como símbolos nacionais (bandeiras, hinos e brasão de armas), ministérios e outros aparatos. Contudo, apesar da autonomia prevista pela administração soviética, o exercício do poder por estas unidades se deu de forma relativamente limitada: afinal, os órgãos superiores do Estado poderiam anular as decisões tomadas ao nível das Repúblicas Autônomas, assim como supervisionar o funcionamento destas estruturas. Vale também a ressalva de que, ainda que a característica internacional do Partido fosse sempre aclamada como aquilo que lhe conferia legitimidade frente às Repúblicas, o que se observa é que a elite no poder seria majoritariamente russa ou inclinada aos interesses russos¹³ (HILL, 1993; KHAZANOV, 1995).

Neste sentido, o argumento de Louise Shelley (1996) também aponta para o fato de que o Estado soviético exerceu a sua autoridade para além do território russo por meio de estruturas legislativas e administrativas que englobaram as Repúblicas a um sistema de poder fundamentalmente eslavo. As demais culturas, não acomodadas neste sistema, seriam forçadas a se adequar às leis e aos princípios de Moscou, o centro político e decisório do Estado soviético. Ainda mais, como se notou, longe de sanar os conflitos étnicos e as disputas territoriais, a política de nacionalidades acabou por acentuar desavenças entre grupos nacionais. Assim, mesmo que a estrutura administrativa da URSS permitisse algum nível de autonomia cultural, o Partido empregava mecanismos que buscavam, efetivamente, minar qualquer tentativa de fragmentação, sobretudo pela via da estratégia de *divide and rule*.

As perspectivas de Svante E. Cornell (2001) também são um interessante contributo à discussão. Para o autor, as diferenças regionais de autonomia constituíam apenas um direito formal, visto que a evidência empírica demonstra de que, a partir dos anos 1920, massivas políticas stalinistas de “nativização” (ou russificação) passariam a ser implementadas. Para o autor, duas teriam sido as estratégias do centro de poder para minimizar a autonomia das Repúblicas Soviéticas: primeiramente, se garantiu que as estruturas constitucionalmente autônomas fossem privadas da autonomia real (ou, ao menos, que esta liberdade estivesse restrita à esfera cultural e social); em segundo lugar, a delimitação dos grupos nacionais teria

¹³ O termo russo *inorodtsy* é usualmente mobilizado para fazer referência aos burocratas “russificados” nas demais Repúblicas Soviéticas.

sido articulada com vistas a causar atritos étnico e impedir possíveis ações conjuntas contra o centro.

Reconhecendo, assim, a importância excepcional da noção de nacionalidade, se abre espaço a distintas interpretações. Para Francine Hirsch (2005), o interesse da URSS em forjar grupos e novas consciências nacionais esteve relacionado à própria visão do regime sobre qual deveria ser a trajetória rumo ao socialismo: o nacionalismo seria uma fase necessária, ainda que transitória, para a promoção de uma identidade mais universalista. Buscava-se, desta forma, fornecer um impulso a todos os povos para que se alcançasse, como previa a perspectiva histórica marxista, todas as fases necessárias ao fim último do comunismo.

Estas dinâmicas respaldam o argumento daqueles que atestam o caráter imperial da União Soviética. Para Epp Annus (2017) a linha que separa um Estado multiétnico, tal como fora o Estado soviético, de um império propriamente dito é tênue: em fins da Segunda Guerra Mundial, a URSS se torna um império *de facto*, à medida em que, paralelamente ao seu status enquanto superpotência, contava com vastos territórios incorporado pela via da força e com mecanismos de controle administrativo em todas as fronteiras. A partir do processo de democratização, em fins do século XX, pode-se dizer que o caráter multiétnico se torna mais acentuado do que o imperial.

Constatado o movimento mais amplo de delimitação da posição relativa destes povos dentro da estrutura de poder soviética, seguimos para a análise de outros instrumentos de poder que buscaram não apenas consolidar a assimilação destas distintas Repúblicas ao Estado soviético, mas que também atuaram no sentido de promover uma suposta harmonização entre os diferentes grupos nacionais.

2.3. Repressão e vigilância na URSS: a era Stalin

Para tratar da questão das forças coercitivas na URSS, nos limitaremos a um período histórico específico: a era Stalin (1927-1953). Diante dos fins deste estudo, o objetivo desta seção não é fornecer um quadro que se aplica a todo e qualquer período da história soviética, mas sim, apresentar as características de um período histórico que é tomado, pela literatura, como um dos exemplos mais enfáticos do uso do terror como instrumento político. Para Shearer (2009), o período stalinista é fundamental para que pensemos o socialismo soviético; ainda mais, e seguindo o argumento de Lewin (2007), estas décadas importam, de modo geral, à medida em que condensa problemas passados e futuros do sistema. Desta forma, nos parece

plausível propor a hipótese de que a matriz de poder soviética é moldada, em grande medida, pelos acontecimentos que se desenrolam neste período.

Não à toa, o sistema estatal que se pretende desnudar torna-se conhecido como stalinismo. A questão da iconografia, ainda que recorrente nos estudos soviéticos sobre os anos 1930, não será, aqui, uma questão central: afinal, não almejamos entender de que forma as circunstâncias se explicam pela atuação individual de um líder, mas sim, de que maneira elas passam a constituir a condução do regime ao longo do período e, em certa medida, ao longo do século XX. Desta forma, evitaremos a visão determinista de que o terror, a vigilância e os Grandes Expurgos são resultados da vontade única do representante do partido, ou mesmo uma consequência da natureza do regime comunista.

Na perspectiva de Suny (2011), um dos paradoxos da Revolução de Outubro se relaciona ao fato de que os Bolcheviques possuíam condições materiais suficientes para desafiar e efetivamente dismantelar o Governo Provisório, mas careciam de fatores de legitimação frente à sociedade russa e aos povos não-eslavos. Teria emergido, assim, a percepção de que o exercício do poder pela via da força seria uma complementação necessária ao poder ideológico.

O uso do terror e da violência enquanto instrumentos políticos não são, contudo, uma novidade da era stalinista. Vale ressaltar que a repressão esteve amplamente presente no contexto da Guerra Civil e de coletivização da agricultura, levada a cabo com o objetivo de minar quaisquer focos de oposição. A milícia soviética, criada imediatamente após a Revolução de 1917, possuiu um papel central, em termos políticos, econômicos e sociais, no controle de um Estado altamente centralizado. Uma vez que o poder estatal se manifestava não apenas nas instituições do governo, mas em todo o corpo social, a milícia se inseriu como um elemento-chave na imposição da ordem, capaz de pressionar a população a compeli-la com os objetivos ideológicos do Partido e de garantir a manutenção de regimes comunistas nas respectivas Repúblicas (SHELLEY, 1996).

A tabela abaixo evidencia, de acordo com Louise Shelley (1996), que em perspectiva comparativa a peculiaridade da polícia soviética esteve na sua capacidade em combinar práticas de vigilância da Europa continental, dos sistemas coloniais e da própria sociedade comunista, culminando em um poderoso instrumento de poder estatal. O argumento da autora é o de que esta conjunção de práticas resultou em um aparato cujo escopo e autoridade excederam amplamente qualquer outro modelo histórico. Se, nas colônias europeias, a ideia da inferioridade racial justificava, do ponto de vista metropolitano, a imposição de uma “missão

civilizatória”, no espaço soviético a expansão do regime se deu sob o discurso do “atraso”¹⁴ dos demais grupos étnicos (SHELLEY, 1996).

Tabela 1 - Táticas de policiamento em perspectiva comparada

	<i>Communist</i>	<i>Anglo-Saxon</i>	<i>Continental</i>	<i>Colonial</i>
Legitimacy	Communist Party	Local government; based on law	Central government, ultimately the ruler (prior to twentieth century)	Colonial authority
Structure	Centralized; armed, militarized force	Decentralized; armed in US, unarmed in England	Centralized; armed, militarized force	Partly centralized; armed force
Function	Crime control only one function; primary emphasis on political and administrative functions; enforced state ideology	Crime control, order maintenance, some welfare and administrative responsibilities*	Crime control only one function, emphasis on political and administrative control	Crime control subsumed by concern for political/administrative control

(SHELLEY, 1996, p. 4)

Retornemos à discussão da repressão dos anos 1930. De início, vale dizer que Stalin ascende ao poder em um cenário de ausência de consenso no partido e na sociedade sobre quais deveriam ser as orientações da próxima liderança. Em sua perspectiva, o atraso econômico da Rússia, somado à instabilidade do regime vigente e ao fraco patriotismo, eram as questões prioritárias a serem sanadas. A posição de Stalin, ressaltamos, já era relativamente central nos anos que precedem a sua ascensão à liderança do partido. Pertencendo aos círculos de poder que antecedem a Revolução, foi membro do Comitê Central e, posteriormente, do Politburo. Como secretário-geral do Partido, em 1922, Stalin já demonstraria visões contrastantes àquilo que propusera Lênin, especialmente no que tange ao papel do Estado, às políticas econômicas e à ideologia. Sua experiência como Comissário para as Nacionalidades teria, ainda mais, contribuído para as suas futuras percepções sobre a dita “questão nacional”. A participação de Stalin na Guerra Civil, caracterizada pela conduta militarizada, daria, por fim, a tônica de sua liderança: um poder ultraconservador e forte o suficiente para não sofrer contestações. Neste

¹⁴ Trataremos das percepções de “atraso” e “modernidade” nas seções seguintes.

contexto, o Partido se tornou um verdadeiro aparato burocrático, sendo desmantelados inúmeros dos organismos consultivos previamente estabelecidos (LEWIN, 2007).

A primeira instituição soviética a lidar com a vigilância e a repressão a ampla escala fora, propriamente, o Exército Vermelho - ainda que, deve-se ressaltar, estes processos não sejam uma novidade Bolchevique. Quando a preocupação com a vigilância se difunde para o aparato burocrático do partido, uma das entidades mais importantes para a imposição da lei desponta no cenário político: a polícia secreta. Ao longo da história soviética, este organismo assume distintas nomenclaturas: Cheka, GPU, NKVD, além da célebre KGB. No período stalinista, momento em que a atividade policial atua no âmbito do NKVD (Comissariado do Povo para Assuntos Internos), o status extralegal da polícia atinge o seu apogeu. Estando acima de outras instituições, e sendo verdadeiramente incorporado pelo partido, o NKVD se insere como uma burocracia de rotinas próprias (LEWIN, 2007).

No âmbito dos estudos soviéticos, pode-se identificar, de modo geral, dois principais períodos nos quais a repressão se deu de modo sistemático. No início dos anos 1930, sucessivas campanhas policiais seriam articuladas contra os camponeses que resistiram de alguma forma ao processo de coletivização (indivíduos categorizados sob a alcunha de *kulaks*). Estes grupos seriam, por vezes, enviados a campos de trabalho intitulados “assentamentos especiais”. Estima-se que cerca de dois milhões de habitantes do campo tenham sido executados, deportados ou desapossados de suas terras neste período de “deskulakização”. O segundo período emblemático é aquele caracterizado pelos grandes expurgos do final da década de 1930. A racionalidade por trás destas ações também apontava para a necessidade de eliminar os inimigos do Estado e os ditos desleais, especialmente aqueles que compunham o quadro burocrático do partido (SHEARER, 2009).

Na percepção de David Shearer (2009), ao aparato policial soviético importava mais a ameaça da desordem social do que, propriamente, o perigo da oposição política. Neste sentido, argumenta o autor que a repressão que se verifica na era stalinista não se trata de um tipo qualquer de poder coercitivo, mas um elemento que caracteriza a própria relação do regime com os seus cidadãos. Tal repressão, que assumia a forma de deportações, exílios, encarceramentos e assassinatos, seria destinada especialmente àqueles considerados hostis aos valores que regiam o Estado soviético, os chamados *sotsial'no-vrednyeelementy* (elementos socialmente prejudiciais). Neste grupo, seriam incluídos inúmeros grupo rurais, assim como membros de seitas religiosas, indigentes, ciganos, migrantes e comerciantes ilegais, para citar

alguns dos exemplos de grupos que, tidos como suspeitos e opositores da luta de classes, seriam submetidos a políticas de “eliminação” ou redistribuição geográfica.

Esta conjuntura de união entre o aparato policial político e civil expressa, para Shearer (2009), que o regime pode ser satisfatoriamente definido como um socialismo de lei marcial (ou mesmo *socialismo militarizado*). Isto se justificaria pela constatação de que as campanhas de repressão em massa, ao contrário daquilo que se verifica no período Lênin, encontraram novas formas de suprimir os inimigos do Estado, especialmente pela via da profissionalização do quadro policial, do desenvolvimento de novas formas de vigilância e compartilhamento de informações, além do estabelecimento de uma complexa rede de informantes. Seriam levadas a cabo, paralelamente, formas sistemáticas de controle interno da migração (sobretudo com a adoção de passaportes específicos). Se esperava, desta forma, prevenir situações de crime e sabotagem antes mesmo que as mesmas pudessem efetivamente acontecer.

Não é possível supor, contudo, que este nível de repressão e vigilância se manteve durante toda a era soviética. Em diversos momentos, tais processos se dariam de modo mais brando, com o objetivo de promover o engajamento político da população: nas palavras de Epp Annus, a URSS “não necessariamente foi governada pela via do controle não-consensual, mas também manufaturou consentimento através de complexas estratégias, incluindo vários tipos de violência sistêmica” (ANNUS, 2017, p. 31, tradução nossa). Para além do aparato coercitivo e da presença de militares não-locais no cotidiano dos povos não-eslavos, Annus aponta que as estratégias políticas de controle estiveram também relacionadas à reestruturação do sistema educacional (com vistas a fomentar subjetividades consonantes com a ideologia soviética) e à intervenção do Politburo em assuntos e decisões domésticas de natureza diversa.

2.4. Políticas migratórias

Ao tratarmos da questão migratória na União Soviética, faz-se necessário compreender alguns dos conceitos que permeiam as análises sobre o tema. Para isto, nos respaldamos nas definições propostas por Polian (2004) em seus estudos sobre as migrações induzidas pelo Estado soviético. Propõe o autor que as *migrações forçadas* se referem ao reassentamento, conduzido pela via estatal e de modo coercitivo, de um grande número de indivíduos. Esta coerção, por sua vez, ocorria pela via *direta*, quando eram empregados métodos repressivos ou, propriamente, quando se realizavam deportações, e pela via *indireta*, situação na qual o Estado impunha circunstâncias que influenciavam a decisão do indivíduo em migrar.

As mencionadas deportações também representaram um procedimento articulado pelo Estado soviético como forma de atenuar a oposição política. Estas ações se enquadram na categoria de políticas estatais repressivas à medida em que apresentam duas características singulares: uma natureza administrativa (e, portanto, não judicial) e uma aplicação coletiva, destinada a grupos inteiros de indivíduos com determinadas características. Ambos os elementos eram presentes na URSS, visto que as decisões relacionadas à deportação cabiam ao Partido Comunista e aos organismos policiais (POLIAN, 2004)

Estas considerações importam à análise porque, de modo geral, a história da União Soviética é marcada por intensos deslocamentos populacionais. O que se almeja evidenciar, contudo, é que tais movimentos não resultaram do arbítrio individual dos grupos nacionais, mas de uma arquitetura social que, levada a cabo pelo Partido, se desenrolou de forma coercitiva. O argumento, aqui, não é o de que as migrações forçadas e as deportações são novidades que remontam ao socialismo soviético. Se pretende, de modo geral, compreender em que medida o grau de implementação destas ações corroboram para a hipótese central de que a colonialidade do poder se averigua na URSS.

O reassentamento forçado de grupos da sociedade se verifica já no momento pós-revolucionário. Para Polian (2004), um dos primeiros casos destas intervenções ocorreria na região do Cáucaso, quando os cossacos, rebelando-se contra as autoridades bolcheviques à época da Guerra Civil, são verdadeiramente expulsos e impedidos de retornar às terras de origem. A despeito da relevância destes acontecimentos, pode-se dizer, de maneira geral, que as ações que ocorreram no começo da década de 1920 se deram de maneira fragmentada e local.

A reforma agrária e as transformações ocorridas no âmbito da burocracia do Partido ao longo da década e, de modo mais acentuado, nos anos 1930, se traduziram em mudanças substanciais na distribuição demográfica soviética. A lógica por trás dos reassentamentos apontava para a necessidade de prover uma solução frente ao suposto excesso de camponeses nas regiões centrais, o que fazia com que o potencial produtivo no Extremo Oriente e na Sibéria, por exemplo, não fosse plenamente aproveitado. Desta forma, o seguinte cálculo se insere como um dos exemplos de como as migrações seriam planejadas pela via do Estado, considerando os interesses econômicos e geoestratégicos de Moscou frente às demais Repúblicas.

Tabela 2 - Planejamento migratório na Repúblicas Soviéticas da Rússia, Bielorrússia e Ucrânia (em milhões)

República	“Excesso populacional”	Plano de reassentamento (5 anos)	Plano de reassentamento (10 anos)
Rússia	6.9	1.5	2.5
Bielorrússia	1.2	0.3	0.5
Ucrânia	5.4	0.7	2.0
TOTAL	13.4	2.5	5.0

(POLIAN, 2004, p. 66)

Os objetivos econômicos foram, portanto, importantes incentivos para a política soviética de migrações. Como nota Khazanov (1995, p. 5), “a industrialização dos anos 1930 e o subsequente desenvolvimento industrial foram conquistados não pelo aumento da produtividade do trabalho, mas pelo deslocamento de massas de novos trabalhadores”. Para além dos objetivos econômicos, podemos citar as questões geopolíticas que também permeiam a questão. Para tal, será exposto o exemplo da Chechênia, cujo nível de deportação guiada pelo Partido-Estado é mesmo considerado, por alguns autores, como uma verdadeira tentativa de genocídio.

A questão da Chechênia remonta à década de 1940. Neste período, e especificamente no ano de 1943, os líderes do regime suspeitavam que ações de cunho antissoviético estariam se articulando na região chechena e inguche, esta no norte do Cáucaso. No discurso oficial, os motivos para a deportação sistemática de determinados grupos nestes territórios também estavam relacionados à acusação de que os mesmos seriam cúmplices do exército alemão. Desta forma, no ano mencionado, grupos inteiros (a exemplo, os Karachai e Balkars) e um número expressivo de chechenos seriam transportados, dentro de vagões, à Ásia Central e à Sibéria. Neste trajeto, estes indivíduos eram submetidos a condições de extrema precariedade, sendo aqueles considerados inaptos a suportar o percurso, por vezes, executados (CORNELL, 2001).

Estas deportações se inserem como exemplos de um movimento amplo e sistemático, que se desenrolou, de modo geral, do ano 1920 a 1952. Neste ínterim, faz-se possível também elencar a deportação de acadêmicos e filósofos no momento pós-revolucionário (1922), o banimento dos coreanos nas fronteiras orientais da URSS (1930 e 1937), o reassentamento dos

cazaques (1933), o banimento dos judeus estrangeiros e iranianos (1938), a deportação total dos tártaros e outras nacionalidades na Crimeia (1944), entre outras dezenas de casos documentados (POLIAN, 2004).

A despeito do discurso oficial de que as migrações internas promoveriam maior consciência sobre o caráter internacional dos povos soviéticos, as consequências negativas destes movimentos para a região são notáveis. Do ponto de vista da construção do Estado-nação, vê-se que inúmeros grupos nacionais se encontram fora do território ocupado pelos seus ancestrais e, portanto, fora do espaço no qual suas narrativas históricas foram construídas. Ainda mais, as deportações deslocaram inúmeros grupos familiares de suas tradições e funções produtivas e são percebidas, ainda hoje, como uma ruptura traumática da história destes indivíduos.

Como evidencia Annus (2017), as deportações desempenharam um papel relevante na construção do imaginário coletivo da URSS. No caso dos Estados bálticos, que serão abordados de forma mais aprofundada no capítulo seguinte, a mera presença do aparato militar russo-soviético funcionava com um verdadeiro lembrete do poder coercitivo que fora capaz de deportar duzentos mil habitantes no ínterim 1940-1952. Para além disto, se tornou claro, em fins do século XX, que os ganhos em termos de consciência internacionalista não passaram de expectativas utópicas: a chegada sistemática de grupos nacionais, especialmente os russos étnicos, verdadeiramente acentuou a competição por trabalho e recursos e a clivagem étnica já existente.

2.5. Políticas linguísticas

A variedade linguística no espaço soviético é uma questão que continua a despertar o interesse dos acadêmicos no século XXI. A multiplicidade de idiomas e dialetos impressiona não apenas pelas famílias linguísticas diversas que as originam (nomeadamente, a Indo-Europeia, Altaica, Urálica, Caucásiana e Paleossiberiana), mas também pelas transformações ocorridas no curso do século XX. Nenhuma República soviética era verdadeiramente monolíngue (GRENOBLE, 2003). Para alguns estudiosos, o espaço soviético constituiu um verdadeiro laboratório de pesquisa, que permite, ainda hoje, compreender como a linguagem pode ser moldada, instrumentalizada e retida pelos grupos nacionais.

À época do Império, a língua russa era considerada o idioma oficial de quase toda a extensão imperial, sendo permitido apenas que algumas áreas da Polónia, Finlândia e províncias bálticas exercessem certa autonomia linguística. Para os demais territórios subjugados, as

línguas nativas seriam desencorajadas e, em alguns casos, mesmo proibidas: na Ucrânia, tal proibição se deu no ínterim 1876-1905 com vistas a evitar possíveis focos de separatismo. O caso ucraniano também evidencia o modo como as questões linguísticas estavam relacionadas às questões étnicas e políticas. Como expõe Bernard Comrie, “os ucranianos eram encorajados a pensar em si mesmos como uma subdivisão dos Russos, dando origem à ideia de que seriam *Pequenos Russos* em oposição aos *Grandes Russos*” (COMRIE, 1981, p. 21, tradução nossa).

As revoluções que culminaram na consolidação do Estado soviético também seriam acompanhadas de grandes transformações linguísticas: afinal, criar um novo mundo no espaço que outrora constituía o Império Russo implicava renomeá-lo. Para alguns autores, já nos primeiros anos de existência da URSS o regime não poderia ignorar o fator linguístico, especialmente em razão de duas questões: a oposição ao regime e a necessidade da rápida industrialização. No que tange ao primeiro ponto, se constata que a oposição ao novo governo, ainda expressiva na transição para os anos 1920, demandava o suporte das nacionalidades (e, diante da multiplicidade de idiomas e alfabetos, as dificuldades de comunicação entre as Repúblicas e o centro precisariam ser sanadas). A necessidade de avançar a industrialização como forma de superar o atraso da era czarista demandava, por sua vez, uma força de trabalho qualificada. Sendo assim, a definição de uma língua franca fora algo essencial à formulação, transmissão e mesmo contestação das mensagens político-ideológicas (RYAZANOVA-CLARKE; PETROV, 2015; GRENOBLE, 2003).

Vale ressaltar que o ímpeto da padronização linguística nem sempre fora a prioridade do Politburo. Nos anos 1920, as percepções de Lênin no âmbito da política para as nacionalidades apontavam para a igualdade entre os idiomas nacionais falados na URSS. Se, no âmbito do discurso, nenhuma língua deveria se sobrepor à outra, na prática o que se verifica em fins da década é a dominância de uma percepção instrumental da linguagem: ao russo, a dita língua da Revolução, é conferida uma posição assimétrica frente às demais (KIRKWOOD, 1990).

Ao identificar esta tendência estruturante, não inferimos que tal política linguística se dá de modo incontestado e uniforme em todas as Repúblicas, visto que a própria difusão do russo enquanto o idioma primordial da União é marcado por contradições. Um exemplo disto é o próprio fato de que a referida política de nacionalidades, buscando forjar consensos, promovia, por vezes, as línguas nativas enquanto fator de coesão nacional. A coexistência entre a tendência à russificação e a pluralidade linguística se coloca, portanto, como uma destas inconsistências. Assim, à luz das contribuições de Grenoble (2003), o argumento central que

guia esta seção é o de que existiu um esforço consciente, por parte dos líderes do Partido, em moldar as consciências nacionais por meio da linguagem, com o objetivo de levar a cabo um destes processos.

Dito isto, se torna evidente que, no contexto, soviético não é possível desprezar a questão política inerente às línguas faladas, assim como os fatores ideológicos e sociodemográficos que permeiam a questão. Os fatores políticos, argumenta Michael Kirkwood (1990), são fundamentais quando buscamos traçar um mapa linguístico na União Soviética. Como exemplifica o autor, o modo como o partido balizou o desenvolvimento das línguas túrquicas na URSS não esteve relacionado a questões sociológicas ou comunicativas: almejavase, verdadeiramente, prevenir possíveis focos de resistência antissoviética na porção islâmica da União.

No âmbito escolar, o objetivo da russificação atingira todos os níveis educacionais. Especialmente nas Repúblicas Autônomas e Regiões Autônomas, o uso da língua russa enquanto idioma de instrução atingira o seu ápice em 1960, quando as línguas nativas são sistematicamente removidas do ensino pré-escolar. Ainda mais, na esfera da comunicação social, medidas administrativas buscariam reduzir a importância de idiomas não-eslavos. A exemplo, podemos citar não apenas o fato de que todas as reuniões oficiais do governo deveriam ser conduzidas em russo, mas também, a partir de 1970, todas as teses de programas de pós-graduação da União (KHAZANOV, 1995).

Sendo assim, a partir de determinantes políticos, as línguas faladas na URSS podem ser categorizadas em quatro níveis hierárquicos. O nível mais baixo era ocupado por línguas, geralmente características de grupos pequenos e não reconhecidos pelo regime, que não contavam com qualquer tipo de recurso que sustentasse a sua manutenção. No nível acima, estavam as línguas que possuíam algum respaldo governamental, mas não eram oficialmente reconhecidas (a exemplo, o cazaque). No segundo nível da hierarquia, se encontravam as línguas ditas titulares, sendo estas reconhecidas pelas respectivas Repúblicas, mas com nível de influência limitado a estes espaços. No topo, como a língua franca da União Soviética e como o idioma a ser usado na prática administrativa e educacional, estava o russo. Se torna evidente, portanto, que a linguagem estaria intrinsecamente relacionada à identificação da etnicidade e da posição da mesma na hierarquia das nacionalidades (GRENOBLE, 2003).

2.6. Exploração econômica

Algo central à abordagem decolonial é a percepção de que, paralelamente à hierarquização das identidades e raças e à emergência do discurso da modernidade, a colonialidade do poder requer a subjugação dos povos a um sistema econômico singular. A dependência econômica, torna-se, assim, um fator estruturante nas relações centro-periferia. Analisemos, então, se isto se verifica no contexto da URSS.

Nos anos 1920, a União Soviética se posicionava entre os Estados em via de industrialização. A produção industrial no início da década se deu, contudo, de maneira tímida, visto que as consequências da Primeira Guerra Mundial e da posterior Guerra Civil foram devastadoras ao potencial produtivo da região. Tomemos como exemplo os dados fornecidos por David Dyker (1992), que apontam para o fato de que, por vezes, a produção de certos bens na URSS fora mesmo inferior àquilo que se verifica durante a era imperial

Tabela 3 - Produção soviética em nichos selecionados

	1913	1926
Carvão (Milhões de toneladas)	29.0	27.6
Eletricidade (Milhões de kWh)	1.945	3.508
Ferro Gusa (Milhares de toneladas)	4.216	2.441
Aço (Milhares de toneladas)	4.231	3.141
Tecidos de algodão (Milhões de metros)	2.582	2.286

(NOVE, 1969, p. 94 apud DYKER, 1992, p. 2)

A percepção do atraso econômico deu ensejo, em fevereiro de 1921, à criação de uma Comissão para o Planejamento Estatal (a *Gosudarsvennaya Planovaya Komissiya* ou *Glospan*), que perdurará durante os setenta anos seguintes como o organismo encarregado de articular um plano econômico unificado a todo o espaço soviético. Ao fim da década, e após extensas discussões sobre qual deveria ser a natureza e a periodicidade deste planejamento, surgem os Planos Quinquenais. Paralelamente, advogou-se que o fomento à industrialização deveria ser acompanhado de uma reforma igualmente ampla da agricultura. A primeira tentativa de implementação do plano, que se daria no íterim 1928-1932, fracassou em função da agudização do embate entre Estado e campesinato, da intensa crise econômica e da fome

generalizada que resulta de crises na colheita. É, verdadeiramente, a partir de 1934 que se pode pensar em um sistema econômico que conecta todo o espaço soviético (LORING, 2014).

Não é possível negar os avanços que derivam dos Planos Quinquenais. Como aponta Michael Ellman (2014), dentre os progressos do planejamento econômico socialista, podemos citar o advento da produção em massa, o incremento da produção de energia e aço, o *boom* da produção bélica e mesmo o notável nível de empregabilidade. Contudo, não se pode subestimar o impacto da industrialização e da coletivização no que tange à expropriação de uma grande massa de camponeses de suas terras, aos movimentos migratórios e à exploração intensa da força de trabalho.

Na literatura especializada, são inúmeros os paralelismos entre o *modus operandi* da economia soviética e a exploração econômica colonial europeia. A exemplo, pode-se atestar o fato de que as políticas econômicas frente às Repúblicas da Ásia Central buscaram fomentar a produção e a exportação de matérias-primas (especialmente o algodão) com vistas a obter divisas para sustentar o processo de industrialização no centro. Ao promover a especialização deste espaço em produtos primários, o Politburo reforçou a condição de dependência dos mesmos no sistema mais amplo da economia e das crises da URSS. Neste sentido, argumenta Benjamin Loring (2014) que a relação de Moscou frente à Ásia Central se deu com esta ocupando uma posição mais subordinada do que aquela que se verifica à época do império. Ainda mais, para o autor, este padrão se faz presente também nas relações entre a Federação Russa e a Ucrânia e Estados do Cáucaso, sendo ambas as regiões essencialmente fornecedoras de alimentos e produtos primários. Como consequência da hipercentralização do Estado soviético, constata Khazanov (1995) que as principais decisões econômicas eram tomadas na república russa. O controle de regiões industriais e ricas em matéria-prima assume, assim, notáveis proporções: é estimado que mais de 90% das unidades industriais das Repúblicas Soviéticas e, portanto, dos lucros dela advindos, estavam, de alguma forma, subordinadas a ministérios e departamentos da URSS.

2.7. Etnia russa e modernidade

Os aspectos discutidos ao longo do capítulo evidenciam o excepcionalismo da Federação Russa nas diversas esferas da vida soviética, fossem elas econômicas, políticas ou linguísticas. Contudo, se pretendemos traçar paralelos entre a discussão Modernidade/Colonialidade e a experiência dos povos na URSS, não é possível negar a centralidade da esfera da cultura e das subjetividades na constituição desta matriz de poder. Neste sentido, nos parece pertinente supor que, se na empreitada colonial nas Américas os

européus se identificavam enquanto portadores da modernidade, no contexto da União Soviética este protagonismo é assumido pelos russos étnicos.

Segundo Khazanov (1995), a sociedade russa era vista como a fortaleza da URSS: sem o seu apoio, a própria existência do Estado soviético estaria comprometida. A dominância russa não apenas se expressava na constituição do Partido, mas também dos organismos policiais, serviços diplomáticos e câmaras de comércio. Ainda mais, enfatiza a autora que a ideia da superioridade dos russos étnicos também se expressara na mencionada política de migrações, visto que a indução da presença russa em espaços ocupados por outras nacionalidades era vista como um meio de criar ou fortalecer a lealdade dos demais grupos étnicos. Este movimento migratório se deu de tal forma que, em fins da União Soviética, é estimado que dentre os 60 milhões de indivíduos situados fora de seu país de origem, os russos representavam a parcela de 25 milhões.

Vale apontar, antes que exploremos de modo mais aprofundado os processos que respaldam o argumento do excepcionalismo russo, que Moscou atuara enfaticamente na promoção de padrões culturais desejáveis ao regime. Desta forma, o que se verifica é um esforço do centro de poder em moldar a memória coletiva (por vezes, pela via da destruição física dos símbolos que remetiam a tempos pré-revolucionários) e as subjetividades dos povos subjugados. A reestruturação das diretrizes educacionais se insere como um claro exemplo deste esforço em levar a cabo um novo conjunto de valores: não são raros os exemplos de situações cotidianas nas quais as figuras históricas russas são exaltadas positivamente em detrimento dos heróis nacionais das respectivas Repúblicas¹⁵ (ANNUS, 2017; KHAZANOV, 1995).

Assim como o discurso da modernidade no Ocidente aponta para noções específicas de progresso e para uma postura civilizadora e paternalista por parte dos povos ditos superiores, no contexto da URSS o “fardo do homem vermelho”¹⁶ seria promover os valores normativos e morais soviéticos pela via do consenso e, se necessário, da força. O paternalismo também se torna evidente no uso de expressões como “a família de nações soviéticas” e no culto à imagem do líder do Partido Comunista, por vezes caracterizado como o pai do Estado. Ainda mais, vale

¹⁵ A título de exemplo, Khazanov (1995, p. 8) aponta que, na capital chechena, havia um monumento soviético em tributo ao general Yermolov, considerado um herói na perspectiva russa e um “colonizador cruel e sanguinário” no imaginário checheno. As demandas para a retirada do monumento apenas foram aceitas após o fim da URSS.

¹⁶ No original, “*Red Man’s burden*”.

mencionar que nesta família de nações, não era incomum que República russa se promovesse sob a alcunha de “*elder brother*” (ANNUS, 2017, *grifo do autor*).

A sovietação e a russificação foram, portanto, processos que se complementaram ao longo do século XX. Como aponta Theodore Weeks (2010), a sovietação não se limita a difusão da língua russa e do modo de vida deste grupo nacional. Este processo, na verdade, estaria muito mais relacionado à noção de modernização e aos elementos a ela atribuídos, como a industrialização, a urbanização e o aumento da intervenção estatal. Para que estas dinâmicas se concretizassem, a burocracia deveria ser presente em todas as esferas da vida social, sendo a sua eficácia associada à adoção de uma língua comum. Desta maneira, expõe o autor que qualquer indivíduo que buscasse exercer cargos que transcendiam a sua República nativa, ou ascender a uma posição social mais elevada, deveria possuir um avançado conhecimento do idioma russo. Por este motivo, a modernização não pode ser desassociada da russificação.

Para além disto, a sovietação deve ser entendida como algo de conotação mesmo antropológica, uma vez que o objetivo último destes processos seria criar uma identidade nova, superior às lealdades nacionais: o homem soviético. Para Weeks (2010, p. 2), o indivíduo soviético era entendido enquanto “um ser novo e superior, progressivo, educado e científico e que, é claro, fala russo como língua nativa ou segundo idioma”, identidade esta que supostamente superaria as características humanas de eras não progressistas. A percepção sobre a possibilidade de criação de uma identidade una, condensada no slogan “*merging the nations*”¹⁷ prevaleceu de Lênin a Andropov, saindo da cena política apenas em meados dos anos 1980.

¹⁷ Termo que faz alusão à ideia de “fusão das nações” (KHAZANOV, 1995, p. 12).

3 COLONIALIDADE E ESTADOS BÁLTICOS

*We inherited from Stalinism
the imperial system,
the imperial ideology,
the imperial policy of divide and rule.¹⁸*

Se, no capítulo anterior, buscamos explorar as dinâmicas mais gerais que caracterizam o poder soviético, enfatizaremos, neste momento, o exercício deste poder. O estudo de caso proposto objetiva desvelar, de modo mais aprofundado, a maneira pela qual os Estados bálticos foram incorporados à matriz colonial de poder Russo-Soviética, e em que medida essa condição de colonialidade fora percebida pelos povos da Lituânia, Letônia e Estônia.

Ainda que a expressão “Estados bálticos” pareça ser um desdobramento natural da própria posição geográfica da Letônia, Estônia e Lituânia, existem questões políticas a serem consideradas quando agrupamos os três povos sob a mesma categoria. A exemplo, podemos apontar o fato de que, no início do século XX, o gentílico *Balt* nem mesmo se referia a estas nacionalidades, mas à elite alemã que governava as províncias russas¹⁹ na região. Ainda mais, se considerarmos, no sentido literal da expressão, que os países bálticos são aqueles banhados pelo Mar Báltico, então a Finlândia, Polônia, Alemanha, Rússia, Dinamarca e Suécia também deveriam compor a categoria. O termo, do modo como o conhecemos hoje (isto é, limitado aos três povos mencionados), apenas ganha forma no primeiro pós-guerra (KASEKAMP, 2010; SILVA, RESENDE, 2018).

A Letônia (em inglês, *Latvia*), cuja etimologia remonta às tribos latgalianas que habitaram o território no período de 12 a 8 a.C., se situa entre a Estônia e a Lituânia. Com área total de aproximadamente 65.000 km, o Estado letão conta com 1.370 km de extensão fronteiriça que, para além dos demais países bálticos, tangencia o território da Rússia e Belarus. Em 2018, a população letã beirava a soma de dois milhões de pessoas, que se encontram geograficamente mais concentradas nas áreas próximas aos portos e à capital Riga. No que tange à composição étnica, se vê que os letões constituem o principal grupo (62.2%), seguidos pelos russos (25.2%), bielorrussos, ucranianos, poloneses e outros. No âmbito linguístico, o letão se insere como o idioma oficial do país, sendo falado por 56.3% da população, ainda que

¹⁸ Andrei Sakharov (1989, apud KHAZANOV, 1995), físico soviético, dissidente e ganhador do Nobel da Paz em 1975.

¹⁹ À época, chamadas *Eastland, Livland e Courland*.

o russo conte com um notável número de falantes, que compõem cerca de 35.8% dos nacionais (CIA, 2018).

Mapa 4 - Os Estados bálticos



(EURASIAN GEOPOLITICS, 2019)

A Lituânia²⁰, por sua vez, também constitui, historicamente, um importante ator na região. No século XIII, sua extensão territorial abrangeria aquilo que hoje constitui os Estados de Belarus e Ucrânia, se inserindo como a maior entidade política na Europa do século XIV. Hoje, o país conta com a área total de 65.300 km, compartilhando fronteiras com a Rússia, Polônia, Letônia e Belarus. Os lituanos correspondem à parcela de 84.1% do total de aproximadamente 3 milhões de habitantes, sendo também presentes os grupos étnicos poloneses (6.6%), russos (5.8%), bielorrussos (1.2%) e outros. Assim como no caso letão, a distribuição populacional aponta para a concentração destes povos na capital Vilnius e nas áreas portuárias. Na esfera linguística, o idioma lituano é falado por 82% da população, sendo o russo adotado por 8% dos nacionais (CIA, 2018).

Finalmente, banhada pelo Mar Báltico e pelo Golfo da Finlândia, se encontra a Estônia. No idioma nativo, o país é chamado de *Eesti*, palavra que faz alusão aos antigos povos Aesti, que habitavam a costa do Mar Báltico. Dentre os 45.000 km de extensão territorial, o país compartilha 650 km de fronteira com a Letônia e a Rússia. O número de cidadãos se aproxima

²⁰ No idioma local, se presume que as origens etimológicas da palavra *Lietuva* remontam a um riacho no centro-leste do território.

da soma de 1.250.000, sendo dominante o grupo étnico estônio (68.7%), seguido pelos russos (24.8%), ucranianos, bielorrussos, finlandeses, entre outros. Tal população se distribui de forma relativamente equilibrada pelo território, ainda que a capital Tallin seja densamente povoada. Seguindo a distribuição étnica, o idioma estônio e o russo se colocam como as línguas mais faladas (CIA, 2018).

Na discussão que se segue, a insistência na menção aos Estados bálticos enquanto entidade una não significa que negligenciamos o fato de que Lituânia, Estônia e Letônia possuem identidades distintas e se percebem como nações de aspirações próprias. Tomemos o exemplo do discurso do Ministro das Relações Exteriores estônio, que aponta para o fato de que

O que os três países bálticos têm em comum quase que completamente deriva da experiência infeliz compartilhada, imposta a nós por um estrangeiro: ocupações, deportações, anexação, sovietação, coletivização, russificação [...]. É tempo que nós reconheçamos que estamos lidando com três países muito diferentes na área dos bálticos, com afinidades completamente diferentes (ILVES, 1999 apud SILVA; RESENDE, 2018, p. 67).

Pode-se dizer, portanto, que é a partir da experiência soviética que a percepção de uma identidade báltica se consolida, especialmente em função dos esforços conjuntos para a independência e, posteriormente, para a incorporação à União Europeia. É interessante perceber, contudo, que inúmeros processos levados a cabo durante a dominação da URSS encontram precedentes naquilo que se verifica no Império Russo. Isto porque a Rússia imperial, buscando prevenir que estas nações fossem capturadas pela esfera de influência alemã na década de 1890, tentou implementar medidas de modernização administrativa e russificação na região. Ainda que as reformas das estruturas administrativas tenham sido bem recebidas, sobretudo porque previam a redução dos privilégios da elite alemã, as tentativas de padronização cultural não seriam tão exitosas: afinal, em fins do século XX, a consciência nacional destes grupos, especialmente no contexto da Estônia e Letônia, estava suficientemente desenvolvida e apta a resistir às pressões russas (KASEKAMP, 2010).

Os anos de turbulência revolucionária que culminaram na ascensão dos Bolcheviques ao poder foram percebidos, pelos líderes bálticos, como uma legítima oportunidade de proclamar a independência nacional. Os anos de luta pela autonomia foram complexos à medida que, para além da superação das estruturas imperiais de poder, foi preciso impedir uma nova

ocupação militar alemã²¹ e, posteriormente, soviética. Com a exceção da Estônia, cuja autonomia fora reconhecida no momento de consolidação do governo provisório em Moscou, as demandas autonomistas das nacionalidades bálticas foram afetadas pelo clima revolucionário e pela atuação de outras potências. Em 1918, ano no qual os três territórios proclamam, de fato, a sua independência, se desenrola a primeira tentativa do novo regime em ocupar áreas outrora pertencentes ao Império, incluindo a região báltica. O caos e o ressentimento que resultam da empreitada Bolchevique fortaleceria ainda mais o anseio destes grupos pela soberania nacional (Ibid).

Seguindo o argumento de Misiunas e Taagepera (1993), pode-se dizer que, enquanto entidades recém-independentes, os Estados bálticos enfrentariam questões relativamente similares durante o seu processo de construção estatal. A necessidade de reformar as estruturas políticas, econômicas e sociais era evidente, sendo o problema da posse de terras central aos líderes destas sociedades agrárias. Os autores identificam que, à época da consolidação das três repúblicas bálticas, um dos grandes esforços destes países fora consolidar uma economia exportadora fundamentalmente primária e orientada à Europa, além de constituições democráticas aos moldes liberais.

Antes de prosseguirmos com a análise, de fato, da incorporação dos Estados bálticos à URSS, vale pontuar alguns elementos que, durante o período de independência, fizeram crescer a percepção da identidade nacional. A literatura, a arte e a música foram esferas amplamente fomentadas pelos regimes políticos democráticos e autoritários na região, assim como o âmbito da educação. É neste íterim (1918-1940), por exemplo, que as universidades nacionais são criadas e sustentadas: um fato importante à medida em que permitira, pela primeira vez, que a educação superior báltica pudesse ser levada a cabo com as respectivas línguas nativas (MISIUNAS; TAAGEPERA, 1993). Ainda que esteja além dos objetivos deste estudo realizar uma análise pormenorizada sobre a era pré-soviética, vale mencionar a relevância deste período histórico para as dinâmicas posteriores de mobilização e independência nacional.

3.1. A era soviética

O fim da era independente dos países bálticos não pode ser explicado apenas pelo ímpeto expansionista soviético. Na literatura, é comum que a narrativa da anexação destes

²¹ Após o armistício, estipularia a Tríplice Aliança que tropas alemãs deveriam permanecer no território báltico como forma de impedir a expansão da Revolução à Europa Central (KASEKAMP, 2010).

Estados se inicie pela menção ao pacto Molotov-Ribbentrop²², firmado entre URSS e Alemanha em agosto de 1939. No acordo, a condição independente do espaço báltico é colocada em xeque a partir da decisão, estabelecida em protocolos secretos, de que Estônia e Letônia seriam áreas de influência soviética, enquanto a Lituânia, espaço de influência alemã (Ibid).

Com a revisão do acordo, que propunha a inclusão dos lituanos à esfera de poder soviética em troca de uma porção territorial da Polônia, a incorporação dos Estados bálticos à URSS passa a se desenrolar de modo gradual. De modo geral, este movimento se iniciou com a pressão de Moscou para que as três nações sediassem bases militares soviéticas: um movimento que, vale ressaltar, começara pela Estônia em setembro de 1939, sob o discurso de que o país era incapaz de proteger o seu mar territorial. O argumento conferia legitimidade, na perspectiva soviética, ao processo de consolidação de bases navais, terrestres e aéreas em pontos estratégicos do país. O passo seguinte seria a assinatura de um acordo de defesa e assistência mútua entre estes países e a URSS, o qual previa a instalação de novos aparatos militares nestes territórios. A presença militar era apontada, pelos líderes do Partido, como um processo necessário à eliminação da ameaça fascista no espaço báltico (KASEKAMP, 2010).

O período da gradual perda da independência nacional, como se pode notar, é permeado de complexidades em função da diversidade de atores e processos: os países bálticos atravessaram, neste ínterim, três ocupações sucessivas, nomeadamente aquela levada a cabo pela União Soviética (1940-1941), a invasão da Alemanha nazista (1941-1944) e, novamente, a subjugação pela URSS em 1944. Neste contexto, se tornam expressivas as perdas populacionais, especialmente em função do ataque das potências invasoras a grupos específicos: enquanto o regime soviético promovia a deportação daqueles considerados “inimigos de classe” a prisões russas, os alemães articulavam mecanismos de extermínio de judeus no espaço báltico (Ibid).

Estas ocupações logo se traduziriam em transformações substanciais nas estruturas políticas e sociais dos três Estados. A exemplo, podemos citar a orquestração, por parte de Moscou, de governos pró-soviéticos nestes territórios, sobretudo pela via da inclusão massiva de membros do Partido Comunista nos gabinetes governamentais. Vale ressaltar que, às vésperas da anexação dos Estados bálticos à URSS, o Partido já se fazia presente nos três países. Contudo, o modesto número de membros justificaria a decisão, por parte da República russa, de enviar milhares de partidários à região com o objetivo de administrá-la. Após eleições

²² O pacto nazi-soviético estabelecia uma década de cooperação pacífica e não agressão entre URSS e Alemanha.

forjadas, decide-se unanimemente pela adesão à URSS. Em agosto de 1940, Lituânia, Letônia e Estônia se tornam oficialmente Repúblicas Socialistas Soviéticas (Ibid).

A questão da natureza da anexação soviética dos Estados Bálticos é objeto de extenso debate, especialmente no que concerne à pertinência dos termos “ocupação” e “colonização”. Há autores (ZUBKOVA, 2008) que advogam o fato de que, ainda que a ideia da ocupação faça mais sentido quando lidamos com a invasão de Estados independentes, o termo parece ser demasiado moderado para descrever a presença contínua e intrusiva das forças soviéticas em territórios cuja consciência nacional já se fazia consolidada. Afinal, tal invasão não apenas se deu pela via da deslegitimação das leis locais e da violação da soberania territorial, mas também por uma mudança fundamental de identidades: mais do que nacionais lituanos, letões e estonianos, estes povos passaram a ser cidadãos soviéticos, categoria que implicava em mudanças substanciais no cotidiano báltico. Se a noção de ocupação militar não é suficiente para captar as dinâmicas soviéticas nesta região, tampouco o uso do termo “colonização” se dá sem questionamentos. Por este motivo, entendemos que o conceito de colonialidade do poder, quando transposto ao contexto soviético, se mostra capaz de captar a complexidade destes processos e das implicações que deles derivam. Exploremos, então, como a matriz de poder russo-soviética se desenrola nesta região específica da URSS.

No contexto da política de nacionalidades, evidenciamos que estes grupos são inseridos na lógica hierárquica enquanto Repúblicas Soviéticas, o que significa que, no âmbito formal, tais entidades contavam com o mais alto nível de autonomia dentro da União. Contudo, e de acordo com o padrão que se averigua nas demais Repúblicas, o intervencionismo de Moscou na esfera política era evidente: ainda que a Estônia, Letônia e Lituânia fossem comandadas pelo respectivo Partido Comunista estônio, letão e lituano, a ação política nacional era subordinada às diretrizes emitidas pelo Partido Comunista da União Soviética, sediado em Moscou (KASEKAMP, 2010).

Os primeiros sinais da sovietação da vida econômica se evidenciam já nos primeiros meses da nova condição política. A expropriação da indústria nacional se iniciaria com a escolha de gestores, nem sempre aptos ao cargo, com histórico político considerado adequado. A maioria das empresas e bancos privados seriam nacionalizadas, assim como os imóveis que excediam determinada área. Na área rural, os sintomas da coletivização se expressariam pela decisão de que a posse de terras poderia chegar à extensão máxima de 30 hectares, sendo a área excedente confiscada e redistribuída em pequenas porções. No âmbito da circulação do dinheiro, o rublo russo passa a operar paralelamente às moedas nacionais, sendo estas

oficialmente abolidas em fins do ano 1940 (MISIUNAS; TAAGEPERA, 1993; KASEKAMP, 2010).

No que tange aos mecanismos de exploração comercial, os Estados bálticos se inserem como um relevante exemplo de como as políticas econômicas desenvolvidas em Moscou foram, em determinados períodos, extremamente danosas às Repúblicas. No nordeste da Estônia, seriam estabelecidas grandes indústrias de fosfato e óleo de xisto sob o controle direto da República russa, indústrias estas que resultaram na poluição e eventual destruição de paisagens inteiras. Segundo dados coletados por Annus (2017), 80% da produção energética do país se destinava a abastecer a União Soviética – com a exceção do fato de que, por vezes, as fontes de energia e matéria-prima seriam exportadas com o objetivo da obtenção de divisas a Moscou. Para além da exportação primária, as indústrias instaladas nos países bálticos atuavam no sentido de legitimar a presença dos russos étnicos nestes territórios: na Letônia, em meados dos anos 1960, se estimou que 75% dos gestores industriais possuíam origens étnicas não nativas. Na década de 1980, esta porcentagem subiria para 85% no contexto lituano.

No âmbito da cultura e da sociedade, o discurso da modernidade e seus ideais de progresso e civilização foi acompanhado, nos Estados bálticos, da tentativa de silenciar qualquer tipo de nostalgia frente ao passado pré-soviético. Deste modo, aqueles que evocavam as memórias da independência prévia destas nações eram categorizados enquanto nacionalistas burgueses e, portanto, vistos como uma ameaça à ordem. Em termos educacionais, mudanças substanciais na organização e conteúdo escolar seriam implementadas: a exemplo, inúmeros expoentes da literatura nacional foram banidos das ementas de ensino, fato que ocorrera paralelamente à expropriação de editoras e livrarias. Inúmeras obras literárias, especialmente aquelas relacionadas a questões históricas, políticas, filosóficas e sociológicas, se tornaram banidas (MISIUNAS; TAAGEPERA, 1993).

Para além disto, e de acordo com o padrão estabelecido nas demais Repúblicas, a manutenção das línguas nacionais coexistia com o ímpeto da promoção do idioma russo enquanto língua franca a ser usada em toda a URSS. O esforço de Moscou em articular políticas específicas de sovietação da cultura e da linguagem pode ser exemplificado pelo poema de Vladimir Beekan, que ilustra temas típicos da literatura báltica durante a era soviética:

We met;/ We soon forgot the speeches;/in our hearts it's with us anyway;/ but our first words in Russian;/sounded warm and welcoming;/ In Kaunas or in any other city; / you meet a comrade from a distant place; /in Russian you'll hold a conversation;/ about your country and your friendship;/ Homeland is vast, but in its every path;/ in every far away, yet friendly road;/ you don't need a more comforting friend;/than the great language of a great nation (BEEKMAN, 1953, 1219 apud ANNUS, 2016, p.1).

Estas mudanças representam, na perspectiva de Annus (2017), uma verdadeira ruptura histórica e sociológica na trajetória dos Estados bálticos. Isto porque, ao longo dos anos 1920 e 1930, o processo de construção do Estado-nação tornar-se-ia a prioridade dos líderes destas nacionalidades, sendo os símbolos e valores nacionais especialmente aclamados durante os regimes autoritários. Contudo, o que se observa na era soviética é a imposição, a estes povos, de um novo sistema moral e valorativo, onde os elementos nacionais outrora vistos como positivos se tornam condenáveis pelo seu suposto caráter burguês. A autora argumenta, portanto, que um dos resultados imediatos do estabelecimento da ordem soviética fora criar uma *confusão discursiva*, expressão que faz alusão ao fato de que, diante da impossibilidade de que os pensamentos até então dominantes fossem simplesmente erradicados da sociedade, seria instaurada uma insegurança generalizada sobre o que dizer e como agir.

A confusão generalizada e a insegurança do indivíduo, fosse ele burocrata ou camponês, frente ao novo sistema político se tornariam elementos fundamentais para a própria manutenção da ordem. Deste modo, os mencionados organismos de vigilância e controle (à época, levados a cabo pela NKVD) chegariam ao espaço báltico já em 1939. De início, as prisões eram limitadas a líderes e indivíduos devotos aos regimes prévios, oficiais militares e comerciantes, vindo a assumir um caráter mais sistemático no ano seguinte. A exemplo, destacamos o episódio de 14 de junho de 1941, quando deportações em massa foram levadas a cabo simultaneamente nas três Repúblicas: 10 mil estonianos, 15 mil letões e 18 mil lituanos seriam levados à Sibéria por suposto comportamento contrarrevolucionário (KASEKAMP, 2010).

A sistematização da repressão e das deportações, iniciada no ano 1940, almejava remover da região báltica grupos específicos, nomeadamente: nacionalistas antissoviéticos; oficiais czaristas ou pertencentes ao Exército Branco; *émigrés* políticos; indivíduos estrangeiros; antigos nobres, mercadores e grupos industriais; refugiados poloneses; clérigos, entre outros. É estimado que, no primeiro ano de controle soviético da Estônia, Letônia e Lituânia, as deportações, massacres e desaparecimentos de cidadãos tenham atingido o número de 60 mil, 35 mil e 34 mil, respectivamente (MISIUNAS; TAAGEPERA, 1993).

O movimento oposto da vinda de russos étnicos à região báltica também se deu de maneira expressiva. As imigrações atingiram particularmente a Letônia e a Estônia, repúblicas nas quais a taxa de crescimento da população russa chegara, por vezes, a níveis superiores àquele observado na população nacional. Em termos quantitativos, este movimento se traduziu na redução de 25% e 29%, respectivamente, da proporção populacional nativa no ínterim 1939-

1989. No caso lituano, onde o processo de urbanização e industrialização se deu de modo mais brando, existiriam menos incentivos para a migração russa. Como consequência, a Lituânia permaneceu como a república mais etnicamente homogênea (SMITH, 1996).

Após a morte de Stalin, em 1953, o nível de repressão sofre um relativo declínio, e os Estados bálticos se tornam, em certa medida, gradualmente mais acomodados ao regime. Para Kasekamp (2010), isto se deve ao fato de que o terror vivenciado ao longo da década de 1940 cumprira o objetivo do controle social de tal maneira que estes povos se mantiveram psicologicamente subordinados ao sistema, mesmo em tempos de afrouxamento desta autoridade. Ainda que o nível de prisões e deportações tenha diminuído substancialmente, vale ressaltar que o Estado soviético não toleraria qualquer tipo de atuação política fora da esfera do Partido Comunista, e mesmo os secretários de Estado dos países bálticos permaneceram sendo escolhidos por Moscou.

3.2. A resistência báltica e os movimentos de independência nacional

Se considerarmos que a ocupação e o genocídio promovidos pela URSS correspondem a apenas um capítulo da história milenar de dominação externa da região báltica, então podemos presumir que estes Estados desenvolveram formas diversas de contestação, a depender do período histórico analisado. No contexto em questão, se observa que, com o desmantelamento da União Soviética, tais países não só passam a enfrentar a questão da reconstrução política, social e econômica, mas também a complexa questão das identidades e da conexão com o passado.

A questão da cultura é central para pensarmos a resistência destes Estados frente ao domínio soviético. Mesmo os movimentos de independência formais, que se desenrolam em meados dos anos 1980, se inserem como parte de um processo persistente de busca pela autodeterminação nacional e pela reafirmação da identidade báltica. Para Anatol Lieven (1993), isto se justifica pelo fato de que a histórica ausência de autonomia política fez com que, no espaço báltico, a ideia de nação fosse sempre pensada em termos culturais.

Pode-se dizer que a resistência à dominação de Moscou se fez presente antes mesmo da consolidação formal das Repúblicas Soviéticas da Letônia, Estônia e Lituânia. A exemplo, no contexto do embate nazi-soviético, inúmeros *émigrés* bálticos residentes na Alemanha articularam missões para a defesa de seus respectivos países. De modo mais enfático, nos primeiros anos de incorporação à URSS, insurreições populares aos moldes de guerrilhas seriam frequentes, se mostrando mesmo capazes de suplantar o comando soviético em algumas

localidades. A adesão popular e a intensidade destas insurreições evidenciaram que a presença soviética era percebida, pelos nacionais, como ilegítima e impopular (SMITH, 1996).

Tais embates perduraram por aproximadamente oito anos, sendo seguidos, em função do declínio da capacidade de recrutamento, por um período de relativa coexistência pacífica entre forças soviéticas e nacionais. Sem a resistência armada, argumenta Smith (1996) que os ideais independentistas saem da superfície política para se alojar na esfera das subjetividades. Como atesta o autor, “a aparente vitória do comunismo soviético sobre as sociedades bálticas gradualmente trouxe à tona uma igual rejeição ao regime pela consciência política e moral destes povos” (SMITH, 1996, p. 98, tradução nossa).

Diante destas limitações, advoga Madina Tlostanova (2018) que as manifestações artísticas se tornaram um dos grandes instrumentos de reflexão crítica sobre a colonialidade soviética. Neste sentido, também aponta Annus (2017) que uma das expressões do dissenso báltico frente à dominação de Moscou esteve relacionada à música: não à toa, os movimentos de independência dos três Estados em fins dos anos 1980 são usualmente denominados como *singing revolutions*. A tradição dos festivais de música, vale ressaltar, já havia sido mobilizada no contexto da presença alemã em meados do século XIX: articulados pela primeira vez na Estônia e Letônia em 1869 e 1873, respectivamente, os eventos nacionais de música emergem como um fenômeno de grande relevância política e cultural (LIEVEN, 1993).

O advento dos festivais bálticos no seio do domínio do Império Russo não apenas simbolizava as aspirações destes povos, mas reafirmava a sua própria existência frente às sistemáticas tentativas de dominação por forças externas. Tais festivais operavam, seja no período imperial ou soviético, na linha tênue entre o aceitável e o inaceitável, desenvolvendo estratégias sutis de contestação. Estes concertos, é claro, deveriam passar pelo crivo das autoridades políticas, as quais recomendavam canções consonantes aos ditames do regime, além de tributos específicos à URSS. A demonstração de moderação política pelos proponentes era essencial para que os festivais fossem aprovados e financiados (ANNUS, 2017).

A adesão a estes concertos se tornaria cada vez mais expressiva: em 1910, os festivais estonianos contariam com 10 mil cantores e 20 mil ouvintes; em 1988, 250 mil nacionais e 30 mil artistas estariam presentes. Como forma de contestação, os respectivos hinos nacionais (ou mesmo canções patrióticas de séculos passados) eram reproduzidos em detrimento do hino oficial da URSS. Algumas canções, permeadas de críticas não explícitas ao regime, se difundiram entre a juventude báltica como verdadeiros cânticos de resistência nacional. Em

determinadas edições, as músicas consideradas subversivas eram banidas pelas autoridades políticas, e em algumas situações, a polícia atuaria de modo enfático na fiscalização dos eventos. Ainda assim, como aponta Annus (2017, p. 156), tais festivais se mantiveram enquanto “o mais importante fator de preservação da identidade nacional nos anos de controle soviético”.

Figura 1 - Festival de Música da Estônia, 1975



(ANNUS, 2017, p. 151)

Para além das manifestações musicais, a consciência nacional seria fomentada pela via da leitura de textos clássicos e da memorização de poemas nativos, além da assimilação de histórias familiares sobre o período independente. Vale apontar, neste sentido, o papel da desobediência pela via da linguagem e da literatura, as quais, em regimes opressivos, tendem a assumir formas particulares de resistência, como sátiras e ironias. No caso báltico, um importante instrumento de contestação esteve relacionado à articulação de ironias sutis, que verdadeiramente exaltavam as perspectivas nativas em detrimento das visões da potência invasora, além de satirizar a etnia russa. Ainda mais, no âmbito da literatura, o que se observou foi o desenvolvimento de narrativas com linguagem polissêmica e histórias desarticuladas que

se apresentavam como verdadeiros labirintos à leitura das autoridades em Moscou. Inúmeras vezes, cenários distópicos críticos ao regime eram construídos sob o argumento de que representavam críticas à ocupação alemã ou imperial de outrora (KERLETAS, 2006).

Ainda nesta temática, Annus (2017) enfatiza a importância da literatura em oferecer bases epistemológicas para o dissenso. A exemplo, cita os contos de Jaan Kross, importante escritora estoniana que buscou apresentar figuras históricas de origens étnicas bálticas enquanto sujeitos ativos na política, na ciência, nas artes e na própria história. Criando alegorias que supostamente ilustravam o passado tsarista, Kross propunha reflexões sobre a ética e o orgulho nacional em contextos de dominação, as quais inspiravam meios de contestação no século XX.

Para além dos festivais de música, que fomentavam o senso de pertencimento nacional, e das obras literárias, cuja agenda decolonial se fez perceptível, destacamos o papel da dança *folk*. Diante do ímpeto de Moscou em promover a soviétização da região báltica, as danças folk tradicionais destes países foram submetidas a um processo de “enobrecimento”, o qual se desenrolou, concretamente, pela via da incorporação de elementos do balé clássico russo. A tentativa de homogeneização destas expressões artísticas se deu de tal maneira que foram criados verdadeiros manuais ilustrativos sobre os passos corretos ou mais apropriados para cada grupo étnico. Por este motivo, o folk se tornou uma questão de *body politics* (ANNUS, 2017).

Figura 2 - Tributo ao regime soviético durante festival letão, 1980



(ANNUS, 2017, p. 163)

O improviso que outrora caracterizara estas danças tradicionais deveria dar lugar, na perspectiva de Moscou, à precisão e à técnica. O caráter híbrido destas performances se

evidencia à medida que, mesmo diante destas imposições normativas, o folk era enraizado na consciência coletiva enquanto uma herança de eras pré-soviéticas, um genuíno exemplo daquilo que seria verdadeiramente nacional. A fusão destas dinâmicas criara, então, algo autêntico e potencialmente disruptivo: a título de exemplo, mencionamos o fato de que, durante a cerimônia de abertura do festival folclórico *Baltica*, em julho de 1988, grupos de artistas ergueriam as três bandeiras nacionais pré-soviéticas. O episódio marca a primeira vez, em quarenta anos, que a bandeira lituana seria vista em público na capital do país.

A despeito da repressão policial frente aos dissidentes, nos anos 1970 inúmeros grupos são fundados ou fortalecidos com o objetivo avançar o debate sobre a independência nacional. É interessante notar que, ao longo da década, os movimentos pró-independência dos três Estados passam a atuar de modo articulado, enviando petições conjuntas a Moscou para que antigos tratados de divisões territoriais fossem revistos. Os *fronts* populares, que de início se posicionavam favoravelmente à agenda reformista de Gorbachev, passam a atuar, ao longo da década de 1980, de maneira incisiva pela autonomia nacional. Este despertar nacionalista não só seria favorecido pela existência prévia de símbolos e memórias sobre estas nações, como também pela existência de uma *intelligentsia* nativa altamente qualificada e disposta a compor o movimento (SMITH, 1996).

Neste período, tais articulações populares também se propuseram a desmistificar os discursos oficiais soviéticos, especialmente no que concerne à narrativa da incorporação voluntária dos países à URSS. O debate público passa a ser permeado, assim, pela discussão sobre a ilegalidade da anexação báltica e a legitimidade das demandas pela independência. Um dos momentos mais simbólicos da solidariedade entre tais povos se passa em agosto de 1989, onde dois milhões de pessoas formaram uma corrente humana, posteriormente denominada *Baltic Way*, que se estendia sobre os três Estados como forma de contestação frente aos mencionados protocolos do pacto Molotov-Ribbentrop, passados cinquenta anos desde a sua assinatura (SMITH, 1996).

De maneira geral, se percebe que os Estados bálticos seguem o padrão de dissidência identificado por Kazhanov (1995) nas demais Repúblicas, padrão este que se caracteriza por elementos de resistência não explícita ao regime. Podemos mencionar, neste sentido, a negação, por povos não-eslavos, do uso da língua russa no cotidiano; a luta pela manutenção do ensino no idioma nativo; a admiração sistemática de elementos tradicionais e a tentativa de preservá-los; a simpatia por eventos políticos internacionais que desafiavam a ideologia soviética, entre outros.

Figura 3 - The Baltic Way

(ANNUS, 2017, p. 163)

Em perspectiva mais ampla, o fim do regime soviético parecia iminente quando Gorbachev ascende ao poder, em 1985. O problema mais urgente a ser enfrentado pelo líder estaria relacionado à estagnação econômica e à aparente insustentabilidade dos níveis de produção na economia planificada. As ideias reformistas evidenciadas na *perestroika* (reestruturação) e *glasnost* (abertura) buscaram modernizar, em certa medida, a ordem existente. Se tornaria claro que a necessidade de transição a uma economia mista só poderia ocorrer em determinadas condições políticas, que potencialmente desestabilizariam o regime: afinal, uma genuína liberalização política significaria a passagem do poder de Moscou às Repúblicas. Este impasse justifica, portanto, a relutância de Gorbachev em levar a cabo as previstas reformas econômicas (LEWIN, 2007; KHAZANOV, 1995).

Na conjuntura marcada pela instabilidade política, econômica e mesmo étnica, se tornaria claro aos líderes soviéticos que a crise da política das nacionalidades não mais poderia ser contida a partir dos métodos tradicionais de vigilância e repressão. A questão nacional, tão importantes no momento fundacional da URSS, retorna como elemento crucial em fins do século XX, especialmente com os mencionados movimentos nacionais nas repúblicas não-russas. O agravamento de clivagens interétnicas passa a se expressar, por exemplo, nas manifestações públicas de descontentamento frente à presença russa na região báltica.

Diferentemente do cenário dos anos 1920, as elites políticas se mostraram incapazes de neutralizar estes conflitos (KHAZANOV, 1995).

Na tentativa de contornar a turbulência política dos povos não-eslavos, as autoridades em Moscou convocam, em setembro de 1989, uma sessão plenária dedicada à questão dos grupos nacionais. À época, os países bálticos viriam a sugerir que a União Soviética se transformasse em uma confederação de Estados, proposta que foi recusada pelas elites políticas russas sob a retórica de que a autonomia econômica regional seria concessão suficiente para o apaziguamento das Repúblicas. Este episódio marca, na perspectiva de Khazanov, o momento emblemático no qual surge a percepção de que o conflito não se tratava da oposição “entre Moscou e os movimentos nacionais, mas entre Moscou e as repúblicas não-russas da URSS” (1995, p. 35)

No contexto de instabilidade e iminente desintegração, os Estados bálticos avançam com as declarações para a independência *de facto*. O primeiro movimento de afirmação da soberania ocorreria com a declaração estoniana de 1988, que se concretiza efetivamente em maio de 1990. Logo depois, o Conselho Supremo lituano restabelece a República da Lituânia, aos moldes daquilo que se verificou no período pré-ocupação. Alegando o caráter ilegal da anexação de 1940, também a Letônia restabelece, em 1990, a república outrora existente. Vale mencionar, contudo, que o reconhecimento da independência báltica por parte de Moscou só ocorreria em 1991 (KERIKMÄE; CHOCHIA; ATALLAH, 2018).

3.3. *Nation-building* no contexto pós-soviético

Com o desmantelamento do poder da URSS, que congelara, por décadas, o mapa geopolítico eurasiático, os Estados pós-soviéticos emergem como entidades independentes. Esta transição política se torna, então, um importante objeto de estudos, dada a incerteza acerca da capacidade destas nações em se ajustar às dinâmicas internacionais do fim do século XX. Para Graham Smith et al. (1998), aquilo que confere singularidade a estes Estados é o fato de que, diferentemente da experiência latino-americana e asiática, tais espaços estariam, pela primeira vez, em vias de seguir simultaneamente o processo de democratização e consolidação de uma economia de mercado.

A desintegração do Estado soviético, vale mencionar, não se traduziu no desaparecimento da questão étnica e nacional. Uma vez que, na URSS, a organização do espaço se baseou no etnofederalismo territorial, as condições de possibilidade dos grupos nacionais

estiveram, como mencionado, intrinsecamente ligadas ao lugar que estes ocupavam na hierarquia política. Ainda que o exercício da autonomia constituísse um direito mais formal do que propriamente real, não é possível subestimar os efeitos da política de nacionalidades sobre as minorias étnicas: inúmeros espaços que constituíam *oblasts* e Repúblicas Autônomas advogam, até os dias de hoje, a legitimidade das suas demandas por autonomia e, em alguns casos, secessão (CORNELL, 2001).

Nota-se, portanto, que a etnificação e, em certa medida, a racialização, permanecem como elementos característicos do cenário político pós-soviético. Ainda mais, como aponta Rogers Brubaker (1996), as elites políticas destes novos países buscaram adotar a retórica de que a construção do Estado-nação ainda estava inacabada, o que justificaria a adoção de determinadas políticas linguísticas, demográficas, econômicas e culturais. Tais processos, é claro, são levados a cabo de maneira distinta pelas ex-Repúblicas Soviéticas: a exemplo, enquanto o russo é institucionalizado como idioma oficial de Belarus, na Letônia a língua russa não conta com qualquer status oficial, sendo esperado que todos os cidadãos saibam o idioma letão (SMITH et al., 1998).

Podemos identificar, neste contexto, três processos associados a dinâmicas de *nation-building* que se desenrolam paralelamente a partir dos anos 1990: a “dessovietização”, a reinvenção das fronteiras e a padronização cultural. O primeiro processo se refere ao esforço das elites políticas, em alguns destes Estados, de eliminar quaisquer referências ao poder soviético de seus respectivos territórios, como símbolos e instituições. Um dos exemplos mais significativos, neste sentido, fora a decisão dos Estados bálticos, Geórgia e alguns países da Ásia Central de banir o Partido Comunista do cenário político nacional (Ibid).

A dessovietização também está associada a questões étnicas e nacionais, especialmente no que concerne às percepções sobre os russos que permaneceram nestas repúblicas. Como enfatizam Smith et al. (1998), as dinâmicas de coerção desenvolvidas por Moscou acabaram por difundir a percepção de que os russos constituem o “Outro colonial”, que ameaça a segurança e a integridade dos demais povos. No caso báltico, se percebe que estas noções são compartilhadas especialmente pela Letônia e Estônia: a retórica, nestes espaços, é a de que “a dessovietização só será completa quando os russos retornarem à Rússia” (SMITH et al., 1998, p. 14).

O segundo processo, nomeadamente a reinvenção das fronteiras, está mais relacionado à delimitação das identidades do que, propriamente, à reconfiguração física do território. Isto

se desenvolve, no espaço pós-soviético, especialmente a partir de dinâmicas de *essencialização* (isto é, a identificação de uma característica comum que define todo o grupo étnico), as quais atuam no sentido de demarcar a diferença entre “nós” e “eles”. Tais dinâmicas, por vezes, se traduzem na tentativa de consolidar uma narrativa histórica e primordialista sobre estes grupos e seu passado pré-soviético e pré-imperial, não sendo raros os discursos sobre a “era de ouro” das nacionalidades. No caso lituano, por exemplo, o mito do passado épico é permeado de referências aos períodos de autonomia política, às singularidades do campesinato e à cultura folk. Isto importa ao processo de *nation-building* à medida em que possibilita novas expectativas sobre o futuro próspero da nação. Por fim, o processo de padronização cultural se insere como outro elemento fundamental à construção do Estado nacional. A institucionalização de uma língua nacional se destaca, aqui, como um dos aspectos mais importantes da transição pós-soviética (Ibid)

Considerando estes elementos, vale analisar, à luz dos acontecimentos dos anos 1990, algumas das políticas adotadas pelos Estados bálticos que buscaram atenuar o legado da dominação política, econômica e cultural da URSS. Na região, o fim do século XX é marcado, sobretudo, pela tentativa de minimizar os impactos das políticas migratórias e linguísticas de Moscou. A exemplo, diante da constatação da Estônia de que, no momento do colapso do regime, cerca de 30% da população do país era constituída por russos étnicos, foram articuladas novas leis sobre nacionalidades e cidadania, sendo estabelecidos critérios estritos para a permanência de outros grupos nacionais no território. No íterim-1994-1995, também se verifica a retirada de todas as tropas russas²³ presentes no país. No âmbito linguístico, o governo estônio procurou implementar, a partir de 1999, a obrigatoriedade do uso do idioma nacional em cargos públicos, sinalização e veículos de comunicação (JEFFRIES, 2012)

É interessante perceber que os três Estados adotaram posturas relativamente distintas frente à definição dos critérios de cidadania. Enquanto a Lituânia agiu sob uma lógica universalista, permitindo que todos os residentes se tornassem legítimos cidadãos lituanos em 1991, a Estônia e a Letônia adotaram visões particularistas, concedendo a cidadania àqueles que habitavam o país no período pré-soviético e àqueles que atendiam a certos critérios - dentre eles, a condição de o indivíduo nunca ter pertencido às forças militares soviéticas (SMITH et al., 1998).

²³ Em 1991, havia cerca de 145.000 soldados russos nos Estados bálticos (Jeffries, 2012).

A tentativa de amenizar o legado soviético também se expressa no campo político: nas primeiras eleições pós-1991, a Estônia contaria com mais de cem parlamentares de origens étnicas nativas e a Letônia, com apenas sete russos dentre a centena de deputados eleitos. Para além do mencionado banimento do Partido Comunista, as novas elites políticas de ambos os países atuaram enfaticamente no sentido de evitar que aqueles outrora associados ao Partido, ou mesmo aqueles com visões favoráveis à Rússia, fizessem parte do novo quadro governamental. Podemos citar, neste sentido, o caso emblemático da pressão para a renúncia de Jānis Jurkāns, Ministro das Relações Exteriores letão acusado, em 1992, por suposto lobby em favor da Rússia (Ibid).

Na Rússia, o processo de transição se dá, em função de sua singular posição na URSS, de forma diferenciada. Mais do que qualquer outra nacionalidade, o grupo étnico russo foi encorajado a identificar o espaço soviético enquanto sua *homeland*, sendo as suas instituições as instituições do Estado soviético. Sendo assim, permanece relevante a questão da nostalgia soviética no século XXI. Afinal, o caráter imperial dos discursos russos na atualidade é verdadeiramente nítido, vide o exemplo da percepção de Vladimir Putin, anunciada publicamente em 2005, de que o fim da União Soviética fora uma das maiores catástrofes geopolíticas do século XX. Desta forma, “se a política de interpretações ainda é informada pela visão imperial, a história russa ainda está para ser reformulada em termos pós-coloniais” (THOMPSON, 2008, p. 417, tradução nossa).

Para encerrar a discussão, é importante apontar, ainda que brevemente, alguns dos processos que se desenrolam na virada para o século XX, especialmente aquele que se refere à admissão dos Estados bálticos à União Europeia (UE). Para alguns analistas (KERIKMÄE; CHOCHIA; ATALLAH, 2018), o fato de que os Estados bálticos, no momento pós-independência, precisavam reestabelecer inúmeras estruturas da vida política e econômica (a exemplo, exércitos, ministérios, corpo diplomático, moeda nacional e alfândegas) fomentou o anseio destes países em se aproximar do Ocidente. Sob a perspectiva báltica, ainda que a noção europeia de soberania compartilhada causasse algum desconforto, se esperava que a eventual adesão à UE permitiria maior bem-estar a estes povos. As negociações ocorreram, de modo geral, sem grandes percalços, embora o tratamento das minorias étnicas russas tenha permanecido como um tema sensível. Em 2004, é finalizado o processo da inserção báltica enquanto membros da União Europeia e OTAN.

Existem diversas outras nuances que permeiam a questão da transição pós-soviética: as dificuldades enfrentadas em termos econômicos; as disfunções institucionais que resultam em

regimes políticos híbridos, marcados por elementos da democracia e do autoritarismo; a manutenção do poder russo em diversos territórios; e o congelamento de conflitos étnicos que derivam diretamente da política de nacionalidades, como aqueles em Nagorno-Karabakh, Ossétia do Sul, Abecásia, Transnístria e outros. Dada a sua complexidade, estes processos demandam um estudo mais aprofundado. Por ora, tomamos as ações levadas a cabo no âmbito da linguagem, cidadania e política como representativas de um novo posicionamento nestes espaços.

Ainda que este capítulo tenha se concentrado nos aspectos empíricos da dominação soviética nos Estados bálticos, esperamos que a exposição tenha contribuído para a compreensão de que o poder de Moscou se estabeleceu como um verdadeiro sistema, cuja natureza, ainda que peculiar, não escapa à lógica da colonialidade. Vimos que esta matriz de poder atuou diretamente na definição do Ser, exemplificado na ideia do *homem soviético*, do Saber e do que é modernidade. Ao promover uma nova intersubjetividade em nível coletivo, a União Soviética se mostrou capaz de instituir novas percepções temporais, históricas e identitárias. A breve recapitulação histórica nos permitiu visualizar, por fim, que a colonialidade do poder, no espaço báltico, se faz presente durante todo o século XX, ainda que com roupagens distintas.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo central compreender em que medida o espaço soviético pode ser analisado sob a perspectiva do grupo Modernidade/Colonialidade. No esforço introdutório, se percebeu que esta problemática derivou da percepção de que as inconsistências dos Estados pós-soviéticos se assemelham, em certa medida, àquelas que se verificam em ex-colônias europeias, permitindo que pontos de diálogo entre os dois processos sejam estabelecidos. Ainda mais, a despeito do discurso político soviético acerca da autonomia dos povos, as contradições em termos da violação dos direitos nacionais são comparáveis a situações de domínio colonial, que compartilham a problemática da centralização do poder, da dominação política e da supressão das manifestações nacionais e individuais.

A literatura pós-colonial, que a priori parece ser o aporte teórico lógico para aqueles que almejam discutir os legados do colonialismo no mundo contemporâneo, aparentou ser insuficiente aos propósitos deste estudo, posto que a URSS não se enquadrou formalmente na categoria de ente colonizador. Sendo assim, encontramos no pensamento latino-americano a abordagem capaz de suplantar as limitações do pós-colonialismo em termos conceituais e geográficos: o projeto decolonial. A singularidade desta perspectiva, como se demonstrou no primeiro capítulo, está no fato de que a noção proposta de colonialidade independe do processo de colonização, uma vez que tal processo se insere como uma das múltiplas facetas de uma matriz mais ampla de poder.

O segundo capítulo permitiu, a partir desta lógica, evidenciar as dinâmicas materiais e imateriais que deram forma ao sistema de poder soviético. Para tal, se fez necessário realizar uma breve recapitulação histórica, que foi orientada à identificação de elementos de ruptura e continuidade entre o Império czarista e o regime soviético. Neste sentido, e no que tange às relações entre o Estado soviético e as Repúblicas que o constituíam, se observou um evidente paradoxo: ainda que a Revolução Bolchevique tenha sido articulada sob o discurso do rompimento frente ao regime czarista e ao passado imperial, identificamos que os mecanismos de controle político-territorial da URSS preservaram elementos do Império Russo e, em certas regiões, chegaram mesmo a aprofundá-los. A ideia de que o Estado soviético se consolidou a partir de uma união voluntária de países independentes parece esbarrar na evidência empírica de que este espaço se constituiu a partir da implementação de políticas altamente centralizadoras e do uso do terror como instrumento político.

Fundamentados pela análise da política de nacionalidades, dos mecanismos de exploração comercial, vigilância social e controle demográfico, e das políticas de sovietação, enfatizamos que a matriz de poder soviética se caracteriza pela sua complexidade e capacidade de forjar consensos. Ainda mais, a natureza colonial deste poder se tornou clara à medida em que exploramos as rupturas traumáticas, experimentadas em todas as esferas da sociedade e nas subjetividades individuais, que derivaram das dinâmicas de poder soviéticas.

Ao demonstrar o modo como estes processos se desenrolaram nos Estados bálticos, foi possível estabelecer discussões pormenorizadas sobre a natureza do poder da URSS. Percebemos, no capítulo três, que o modo como se deu a incorporação destes países à União Soviética corrobora com o argumento central de que o expansionismo de Moscou se pautou em percepções coloniais sobre as nacionalidades e os territórios em seu entorno. Ressaltamos, ainda mais, que esta condição foi contestada pelas nações bálticas não apenas pela via da força e do argumento político, mas também por meio da esfera artística. Ainda que este estudo tenha optado, acompanhando a própria tendência da literatura selecionada, por tomar os Estados bálticos enquanto categoria uma, reconhecemos que, em estudos futuros, uma análise detalhada de como estes processos ocorreram na Letônia, Estônia e Lituânia, individualmente, poderá ser de grande valia ao debate.

Também vale a ressalva de que, a despeito do propósito inicial de nos atermos ao período revolucionário e stalinista, ao longo dos capítulos se percebeu a necessidade de, por vezes, mobilizar fatos históricos que escapam à temporalidade proposta: afinal, ao contrário das colônias *de facto*, marcadas por períodos precisos de dominação e independência, as ex-Repúblicas soviéticas se caracterizam pela subordinação a estratégias híbridas de dominação e acomodação, que variavam entre diferentes etnias e territórios e se estabeleciam em intervalos de tempo nem sempre contínuos.

Se identificamos, ao longo do estudo, o fato de que a URSS se construiu sobre uma matriz colonial de poder, tomando como base uma percepção específica da modernidade, então presumimos que os demais conceitos do pensamento decolonial são passíveis de serem mobilizados no contexto soviético. Retomando o conceito de matriz colonial de poder exposto no primeiro capítulo (p.21), e adaptando-o àquilo que foi discutido sobre a URSS, temos que tal matriz, no espaço eurasiático, se caracteriza pela articulação entre: (i) a colonialidade do poder, que se apoiou amplamente nas noções de etnia e nacionalidade enquanto categoria fundamental para a diferenciação e dominação da sociedade; (ii) o socialismo, que se estabeleceu como o modo central de organização e exploração do trabalho; (iii) o Partido-

Estado, forma central de controle da autoridade; e (iv) a sovietação, processo que buscou moldar o Saber e o Ser.

A ideia de modernidade, outro importante contributo da abordagem decolonial, também se tornou evidente ao longo da discussão. A própria natureza da Revolução Bolchevique denota, de início, uma percepção específica do “moderno”: o movimento fora articulado, afinal, com vistas a romper com tudo aquilo que era associado ao passado czarista - uma era que condensava, na percepção dos revolucionários, todo o atraso dos povos eurásianos. O que a priori parece conferir singularidade à ideia de modernidade russo-soviética é, neste contexto, a centralidade do Partido Comunista, suas aspirações emancipatórias e percepções sobre o sujeito, e a visão econômica que diferente amplamente daquela prevista modernidade ocidental. Neste sentido, a transição à era pós-soviética é permeada de complexidades que parecem derivar da desintegração desta narrativa específica da modernidade.

Nestes termos, e conforme se demonstrou, a ideia de matriz colonial de poder mostra ser um conceito fundamental para a análise do espaço soviético e pós-soviético. Se, como expõem Quijano e Mignolo, os processos de descolonização asiáticos, latino-americanos e africanos não romperam com aquilo que estruturalmente mantém as relações de subordinação, o que se observa no dito Segundo Mundo é que o fim da era imperial também não se traduziu na plena independência dos povos. Ao contrário, o poder que surge de um discurso aparentemente libertário provou ser ainda mais capaz de consolidar assimetrias. Se pensarmos que, ainda hoje, os movimentos geopolíticos russos no continente continuam a invocar o temor de um novo ímpeto expansionista, então parece plausível presumir que esta matriz colonial do poder se mantém latente.

Por fim, se percebe que ainda existem questões que carecem de análises futuras. Uma vez que este estudo se propôs a desvelar as dinâmicas de colonialidade, permanecem abertas as possibilidades de compreensão do *fazer decolonial* nestes espaços, um esforço que requer, sem dúvidas, aprofundamentos ainda mais maiores no âmbito conceitual e empírico. Por ora, o estudo das estratégias e dos discursos que sustentam a colonialidade do poder se coloca como um importante passo inicial, posto que são estas as dinâmicas que incitam resistências e contradiscursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Laura L. Can We Apply Postcolonial Theory to Central Eurasia? **Central Eurasian Studies Review**, v. 7, n. 1 2008.

ALAVI, Hamza. The State in Post-colonial Societies: Pakistan and Bangladesh. **New Left Review**, n. 74, p. 59-81, 1972.

ANDREESCU, Liviu. Are we all postcolonialists now? Postcolonialism and Postcommunism in Central and Eastern Europe. In: BOTTEZ, Monica; DRAGA, Maria-Sabina (Org.), **Postcolonialism/Postcommunism: Intersections and Overlaps**. Bucharest: Editura Universității din București, 2011, p. 57-74.

ANNUS, Epp. **Soviet Postcolonial Studies: A view from the Western Borderlands**. London, New York: Routledge, 2017.

_____, Between Arts and Politics: a Postcolonial View on Baltic Cultures of the Soviet Era. **Journal of Baltic Studies**, v. 47, n. 1, p. 1-13, 2016.

ASHCROFT, B; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. **The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-colonial Literatures**. London: Routledge, 1989.

BALDWIN, David. Power and International Relations. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas (Eds.), **Handbook of International Relations**. California: Sage Press, 2002.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.11, p. 89-117, 2013.

_____. Modernidade/Colonialidade sem “imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 60, n. 2, p. 505-540, 2017.

BEISSINGER, M.; YOUNG, C. (Ed.) **Beyond State crisis? Postcolonial Africa and Post-Soviet Eurasia in comparative perspective**. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2002.

BHABHA, Homi K. **The Location of Culture**. New York: Routledge, 1994.

BRUBAKER, Rogers. **Nationalism Reframed**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

_____. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

CIA. **Estonia**. The World Factbook, 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/en.html>>. Acesso em 1 jun. 2019.

_____. **Lithuania**. The World Factbook, 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/lh.html>>. Acesso em 1 jun. 2019.

_____. **Latvia**. The World Factbook, 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/lg.html>>. Acesso em 1 jun. 2019.

COMRIE, Bernard. **The languages of the Soviet Union: General Accounts of all the Major Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

CONQUEST, Robert. **The Great Terror: Stalin's Purge of the Thirties**. Londres: The Bodley Head, 2018.

CORNELL, Svante E. **Small Nations and Great Powers: A study of ethno-political conflict in the Caucasus**. Londres: Routledge, 2001.

DYKER, David A. **Restructuring the Soviet Economy**. London: Routledge, 1992.

EDGAR, Adriana. Bolshevism, Patriarchy, and the Nation: the Soviet "Emancipation" of Muslim Women in Pan-Islamic Perspective. **Slavic Review**, v. 65, n. 20, p. 252-272, 2006.

ELLMAN, Michael. **Socialist Planning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

ESCOBAR, Arturo. Worlds and knowledges otherwise: The Latin American modernity/coloniality research program. **Cultural Studies**, 21:2-3, p. 179-210. 2007.

EURASIAN GEOPOLITICS. **Baltic Maps**. 2019. Disponível em: <https://eurasiangeopolitics.com/baltic-maps/>>. Acesso em 3 jun. 2019.

_____. **USSR Maps**. 2019. Disponível em: <<https://eurasiangeopolitics.com/ussr-maps/>>. Acesso em 3 jun. 2019.

FANON, Frantz. **Les Damnés de la Terre**. Paris: F. Maspero, 1961.

FORBES. **10 Maps that Explain Russia's Strategy**. 2016. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/johnmauldin/2016/02/26/10-maps-that-explain-russias-strategy/#b76a23123ece>>. Acesso em 5 mai. 2019.

GATRELL, Peter. **Russia's First World War: a social and economic history**. London: Pearson Education Limited, 2005.

GILLEY, Bruce. The case for colonialism. **Third World Quarterly**, 2017.

GRENOBLE, Lenore A. **Language Policy in the Soviet Union**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003.

HEATHERSHAW, John. Central Asian Statehood in Post-Colonial Perspective. In: KAVALSKI, E. **Stable outside, fragile inside?** Post-Soviet statehood in Central Asia. London: Routledge, 2010.

HILL, Ronald J. The Soviet Union: From “Federation” to “Commonwealth”. **Regional Politics and Policy**, Londres, v.3, n. 1, p. 96-122, 1993.

HIRSCH, Francine. **Empire of nations:** ethnographic knowledge and the making of the Soviet Union. New York: Cornell University Press, 2005.

JIRGENS, Karl E. Fusions of Discourse: Postcolonial/Postmodern Horizon in Baltic Culture. In: KERLETAS, Violeta. **Baltic Postcolonialism**. Amsterdã: Rodopi, 2006.

JEFFRIES, Ian. **The Countries of the Former Soviet Union at the Turn of the Twenty-first Century:** the Baltic and European States in Transition. London: Routledge, 2004.

KANDIYOTI, Deniz. Post-colonialism compared: potentials and limitations in the Middle East and Central Asia. **International Journal of Middle East Studies**, Cambridge, n. 34, p. 279-295, 2002.

KASEKAMP, Andres. **A History of the Baltic States**. New York: Palgrave McMillan, 2010.

KIRKWOOD, Michael (Ed.). **Language Planning in the Soviet Union**. New York: St. Martin Press, 1990.

KHAZANOV, Anatoly M. **After the USSR:** Ethnicity, Nationalism, and Politics in the Commonwealth of Independent States. London: University of Wisconsin Press, 1995.

KELERTAS, Violeta (Org.). **Baltic Postcolonialism**. Amsterdã: Rodopi, 2006.

KENEZ, Peter. **A History of the Soviet Union from the Beginning to the End**. New York: Cambridge University Press, 2006.

KERIKMÄE, Tanel; CHOCHIA, Archil.; ATALLAH, Max. The Baltic States in the European Union. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**, 2018. Disponível em: <<https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-186>>. Acesso em 2 jun. 2019.

KRISHNA, Sankaran. **Globalization and Postcolonialism:** hegemony and resistance in the twenty-first century. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

LEWIN, Moshe. **O século soviético**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

LIEVEN, Anatol. **The Baltic Revolution:** Estonia, Latvia, Lithuania and the Path to Independence. New Haven: Yale University Press, 1993.

LORING, Benjamin. "Colonizers with Party Cards": Soviet Internal Colonialism in Central Asia, 1917-39. **Kritika: Explorations in Russian and Eurasian History**, v. 15, n. 1, p. 77-102, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. In: MIGNOLO, Walter; ESCOBAR, Arturo. **Globalization and the Decolonial option**. Londres: Routledge, 2010.

MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da "ciência": colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: Um Discurso sobre as Ciências** revistado. Edições Afrontamento, p. 667-709, 2003.

_____. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 71-103, 2005.

_____. **The Darker Side of Renaissance: Literacy, Territoriality and Colonization**. Michigan: The University of Michigan Press, 1995.

_____. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

_____. **Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking**. Princeton University Press, 2012.

MIGNOLO, Walter.; WALSH, Catherine E. **On Decoloniality: concepts, analytics, praxis**. London: Duke University Press, 2018.

MISIUNAS, Romuald J.; TAAGEPERA, Rein. **The Baltic States: Years of Dependence (1940-1990)**. Los Angeles: University of California Press, 1993.

MOORE, David. Is the Post- in postcolonial the Post – in Post-Soviet? Toward a Global Postcolonial Critique. **Modern Language Association**. New York, v. 116, n. 1, p. 111-128, 2001.

NANDY, Ashis. **The Intimate Enemy: Loss and Recovery of Self under Colonialism**. New Delhi: Oxford University Press, 1983.

PIPES, Richard. **A Concise History of the Russian Revolution**. New York: Vintage Books, 1995.

POLIAN, Pavel M. **Against their Will: The History and Geography of Forced Migrations in the USSR**. Budapest: Central European University Press, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**. Ano 17, n.º 37, 2002. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF>. Acesso em 15 abr. 2018.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World System. **International Journal of Social Sciences**, 134, 549-557, 1992.

_____. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from South**. Vol. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Rússia (1917-1921): Anos Vermelhos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

RYAZANOVA-CLARKE, Lara; PETROV, Petre. **The Vernaculars of Communism: Language, Ideology and Power in the Soviet Union and Eastern Europe**. London: Routledge, 2015.

SAID, Edward W. **Orientalism**. New York: Pantheon Books, 1978.

SAWKA, Richard. **The Rise and Fall of the Soviet Union, 1917-1991**. London: Routledge, 1999.

SEGRILLO, Angelo. **Os russos**. São Paulo: Contexto, 2012.

SHEARER, David R. **Policing Stalin's Socialism: Repression and Social Order in the Soviet Union, 1924-1953**. New Haven: Yale University Press, 2009.

SMTH, G. et al. **Nation-building in the Post-Soviet Borderlands: the Politics of National Identities**. New York: Cambridge University Press, 1998.

SMITH, G. (Ed.). **The Baltic States: the National Self-determination of Estonia, Latvia and Lithuania**. London: Macmillan Press, 1996.

SPIVAK, Gayatri C. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary.; GROSSBERG, Lawrence. **Marxism and the interpretation of culture**. Urbana: University of Illinois Press, 1988.

SPIVAK, Gayatri, C.; CONDEE, Nancy; RAM, Harsha; CHERNESTSKY, Vitaly. Are we postcolonial? Post-Soviet Space. **Modern Language Association**, v. 121, n.3, p. 828-836, 2006.

SHELLEY, Louise I. **Policing Soviet Society: the Evolution of State Control**. London: Routledge, 1996.

SILVA, Graziela D.; RESENDE, Erica S. **Entre a Rússia e a União Europeia: os Países Bálticos e o Desafio da Reconstrução das Identidades Nacionais após o Colapso da União Europeia**. Curitiba: Editora Appris, 2018,

SUNY, Ronald G. **The Soviet Experiment: Russia, the USSR, and the Successor States**, New York: Oxford University Press, 2011.

THOMPSON, Ewa. Postcolonial Russia. In: PODDAR, Prem; PATKE, Rajeev S.; JENSEN, Lars. **A Historical Companion to Postcolonial Literatures: Continental Europe and Its Empires**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

TLOSTANOVA, Madina. **What does it Mean to be Post-soviet?** Decolonial Art from the Ruins of the Soviet Empire. Durham: Duke University Press, 2018.

WEBER, Max. **The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism**. London: Routledge, 2001.

WEEKS, Theodore R. **Russification/Sovietization**. 2010. Disponível em: < <http://ieg-ego.eu/en/threads/models-and-stereotypes/russification-sovietization/theodore-r-weeks-russification-sovietization>>. Acesso em 5 jun. 2019.

YOUNG, Robert J. C. **Colonial Desire: Hybridity in Theory, Culture and Race**. London: Routledge, 1995.

_____. **White Mythologies: Writing History and the West**. London: Routledge, 1990.

_____. **Postcolonialism: an Historical Introduction**. Oxford: Blackwell, 2001.

ZUBKOVA, Elena. **Pribaltika i Kreml': 1940–1953**. Moscou: Rosspen, 2008.